Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO SÃO PAULO

São Paulo, Segunda-feira, 16 de Novembro de 2026 | www.correiodamanhasp.com.br | Ano CXXV Nº 25.144 | R$ 5,00

Cármen Lúcia diz que Bolsonaro violou liberdade de imprensa ao bloquear mais de 60 jornalistas

CAPPELLI - PÁGINA 14

Centrão amplia pressão por espaço no governo Lula

Caciques esperam a volta do presidente para discutir como entrarão na base

PÁGINA 13

DEPUTADOS PROPÕEM ELEVAR TRIBUTOS SOBRE INVESTIMENTOS

Quatro projetos apresentados pelo deputado Pedro Uczai (PT-SC) propõem mudanças na tributação federal. As medidas incluem imposto sobre patrimônios acima de R$ 15 milhões, cobrança de 7,5% sobre rendimentos de aplicações hoje isentas, retenção de 15% sobre lucros e dividendos e aumento de 17,5% para 20% no imposto sobre juros sobre capital próprio. As propostas têm assinaturas de até 86 deputados federais, incluindo 15 de São Paulo, do PT e do PSOL, e ainda dependem de aprovação no Congresso federal.

PÁGINA 3

LEONARDO SÁ/AGÊNCIA SENADO



Congresso analisará projetos de lei que elevam impostos sobre dividendos, JCP e renda fixa

Nunes pede apuração de vazamento no Smart Sampa

A Polícia Civil abriu inquérito para apurar se um guarda municipal divulgou dados de acesso ao Smart Sampa.

PÁGINA 4

Prefeito de São Bernardo enfrenta ação do MP-SP

Ação de improbidade administrativa é contra Marcelo Lima (Podemos) e outras nove pessoas no Grande ABC.

PÁGINA 18

Reeleitos do PL rejeitam novato para a Presidência da Alesp

Dos 15 deputados reeleitos do PL, nove defendem que a presidência da Alesp seja ocupada por um parlamentar experiente. A resistência contraria a articulação do atual presidente, André do Prado, para indicar Rogério Franco, eleito para seu primeiro mandato.



REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Deputado de primeiro mandato, ex-prefeito de Cotia, Rogério Franco, é muito próximo de André, Tarcísio e Derrite

PÁGINA 3

Ministros do STF não devem sofrer impeachment

Em 1º de fevereiro ocorrerão as eleições para a presidência do Senado e da Câmara dos Deputados. O presidente da Câmara, Hugo Motta, já aparenta ter votos suficientes para ser reeleito.

PÁGINA 12

Vice admite disputar a Prefeitura de SP em 2028

Vice-prefeito de São Paulo, Mello Araújo (PL), admitiu disputar a Prefeitura em 2028 e pretende consultar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre seu futuro político.

PÁGINA 4

Capital terá bonde elétrico no centro

O Bonde São Paulo terá investimento de R$ 2,8 bilhões. O projeto inicial prevê duas linhas e 37 estações.

PÁGINA 4

RUDOLFO LAGO

REFORMA TRIBUTÁRIA: ENTRE O MANICÔMIO E O DESCONHECIDO

PÁGINA 2

EDITORIAL

O TRABALHO E O CUIDADO QUE A LEI NÃO GARANTE

PÁGINA 2

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Reforma tributária: entre o manicômio e o desconhecido

A adaptabilidade, a capacidade do ser humano de se acostumar com qualquer situação, é apontada pela biologia como uma das características que faz o homem ter domínio sobre as demais espécies. Há milênios, existe gente no deserto e também no Pólo Norte. No alto do Himalaia e vivendo na Holanda, abaixo do nível do mar.

Somente, porém, uma situação muito extrema fará um esquimó sair de onde vive para se juntar a um beduíno no Saara. O mesmo fator que ajuda o homem a se adaptar a qualquer lugar e situação é também o que o faz resistir a mudanças.

Talvez a adaptabilidade ajude a explicar a fase atual da reforma tributária. Na terça-feira (17), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado fará uma audiência pública para discutir os problemas que persistem para que se inicie no ano que vem a reforma tributária.

Há mais de 30 anos, é um consenso na sociedade brasileira a necessidade de reformar o sistema de impostos do país. Tão complexo, cheio de tributos que se sobrepõem, com cobranças feitas várias vezes em diversas etapas, que passou a ser batizado de "manicômio tributário". Depois de anos de tentativas e de discussões, finalmente se chegou a um novo modelo de cobrança.

parentemente simples, substitui tudo o que hoje se cobra por dois Impostos de Valor Agregado (IVAs), um cobrado pela União (que vai se chamar Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS), outro pelos estados e municípios (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS). Resolveu-se criar ainda um terceiro imposto, com alíquota maior para aquilo que faz mal à saúde ou à natureza, o Imposto Seletivo, que ganhou o apelido de Imposto do Pecado.

Pronto. Abriu-se o caminho para que o brasileiro tivesse alta do manicômio. Às vésperas da audiência na CAE, no entanto, há sinais de que ele talvez tenha se acostumado com o hospício e prefira não sair dele.

No dia 6 de novembro, chegou às mãos do presidente da CAE, senador Eduardo Braga (MDB-AM), uma carta aberta assinada por 75 entidades representativas do setor produtivo brasileiro pedindo o adiamento do início da reforma tributária. A mudança prevê que no ano que vem se inicie o período de testes do novo modelo, uma fase de transição na qual os novos impostos começarão paulatinamente a ser cobrados juntamente com os atuais. A cada ano, a proporção dos novos aumenta, a dos atuais diminui, até que em 2032 só se cobrem os três novos impostos.

Por que o setor produtivo pede para ficar mais um tempo no manicômio? Não é por loucura, mas por racionalidade. A razão é que ainda existe uma série de fatores que precisam ser mais bem esclarecidos.

O primeiro grande problema está relacionado à alíquota de cobrança da CBS, o imposto federal. O Tribunal de Contas da União (TCU) calculou que essa alíquota ficará em 11,3%. É muito mais alta do que se imaginava quando se aprovou a reforma: uma alíquota em torno de 9%. Unindo-se, então, a CBS ao IBS, o cálculo é que, ao final, o brasileiro pagará uma altíssima alíquota média de mais de 30% sobre o produto ou o serviço que consumir.

A primeira coisa que vai se discutir na CAE na terça-feira, portanto, é se há alguma forma de reduzir esse valor. O Congresso terá que fixar a alíquota até o final do ano para que os testes possam acontecer no ano que vem.

Quanto à IBS, durante um bom tempo houve uma briga entre os municípios para definir a sua composição. Finalmente, a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que representa capitais e cidades maiores, e a Confederação Nacional dos Municípios (CMN), mais ligada às cidades menores, chegou a um acordo, e foram indicados os 27 representantes municipais (os 27 secretários de Fazenda são os representantes estaduais). Mas ainda há diversas dúvidas.

"A apuração assistida de CBS e IBS é instável e incompleta, e não há ambiente de testes com dados e cenários equivalentes aos de produção", reclamam as 75 entidades que assinaram a carta aberta.

O sistema tributário atual pode ser um manicômio. Mas entre o hospício e o desconhecido, os empresários parecem querer ficar com o hospício.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

A América Latina convertida

Nos anos sessenta e setenta, a América Latina, em especial a do Sul, superou grave risco político ao frear a escalada das esquerdas, financiadas pela União Soviética via Havana, que visava levar a região para área de influência comunista, inclusive aproveitando a orientação mais à esquerda do governo Carter.

A reação através dos regimes de influência militar, como no Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai, foi positiva também sob o ponto de vista da economia. Na Argentina, a violência extrapolou e marcou um período difícil, enquanto o Chile deu seu grande impulso com os anos com ordem e progresso proporcionado pelos feitos do regime ao buscar respaldo na chamada "escola de Chicago". O Uruguai comprovou o alto nível da educação no país, ao eleger governos mais à esquerda que não mexeram na estrutura capitalista que fez de sua capital uma das principais praças bancárias da América Latina.

Hoje Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Bolívia estão alinhados ao capitalismo e crescendo na economia e no social. Não faz sentido o Brasil fugir a esta realidade. O modelo que encanta o mundo petista está derretendo, desde a Venezuela a Cuba, que vive degradação de dar pena.

As chances de o Brasil tirar maior proveito são pequenas, pois ainda persiste uma mentalidade protecionista cheia de barreiras ao empreendedor. Já será um ganho não afrontar a realidade do momento. Lula nem sempre, tem mostrado juízo ao recuar da agressividade em relação aos EUA, quando viu que a população quer progresso e não discurso. Na ONU ninguém deu bola, mas para discurso.

O Brasil tem vocação conservadora, votando nas majoritárias federais em nomes de esquerda ou do baixo populismo, pela falta de lideranças e de união. Mas fez uma maioria parlamentar que garante o respeito ao razoável.

E Lula parece outro, ouvindo economistas e empresários, embora ache a crise menor do ela é. Pode inaugurar uma esquerda realista que saiba conviver com o capital como ocorre na Europa e nos EUA.

EDITORIAL

O trabalho e o cuidado que a lei não garante

Restringir o acesso a atividades que provocam danos à população pode ser uma medida necessária, mas está longe de representar uma solução completa. Quando o assunto envolve compulsões e dependências, a proibição atua sobre a oferta, mas não necessariamente sobre o comportamento de quem já desenvolveu uma relação problemática com determinada prática. É por isso que o enfrentamento dos vícios precisa ser tratado também como uma questão de saúde pública, com políticas permanentes de prevenção, acolhimento e tratamento.

A decisão de proibir as bets no Brasil representa uma tentativa de conter um problema que ultrapassou o campo financeiro e passou a afetar a saúde mental, as relações familiares e a vida profissional de milhares de pessoas. Entretanto, a interrupção do acesso às plataformas não apaga dívidas, ansiedade, depressão ou a dificuldade de controlar o impulso de apostar. Para quem já enfrenta uma dependência, a retirada do estímulo não significa o fim do sofrimento.

Os números ajudam a dimensionar o desafio. Entre 2018 e 2025, os atendimentos relacionados a jogo patológico e problemas com apostas cresceram cerca de 140% no Sistema Único de Saúde. A projeção do Ministério da Saúde aponta para uma nova elevação até 2028. Além disso, um estudo estima em R$ 38,8 bilhões anuais o custo social associado aos jogos, com a maior parte desse valor relacionada a consequências na saúde. Não se trata, portanto, de um problema restrito às escolhas individuais ou ao orçamento doméstico. Seus efeitos alcançam toda a sociedade.

A compulsão não desaparece por decreto. Pessoas que desenvolveram comportamentos viciantes precisam de acompanhamento especializado para compreender os fatores que alimentam essa relação, recuperar o controle sobre a própria rotina e reconstruir vínculos afetados. Sem esse suporte, existe o risco de que o sofrimento permaneça ou encontre outras formas de manifestação. A resposta do poder público precisa considerar a dimensão psicológica e comportamental do problema, e não apenas suas consequências mais visíveis.

Isso exige investimento consistente na rede pública de saúde. É necessário ampliar a oferta de atendimento psicológico, fortalecer os serviços de saúde mental, preparar profissionais para identificar sinais de dependência e capacitar equipes para acolher pacientes sem julgamento.

OPINIÃO DO LEITOR

Lugar privilegiado

Há 1,5 milhão de anos surgiram os primeiros textos produzidos pelo ser humano. No universo das artes, a literatura tem um lugar privilegiado. A leitura é para o intelecto o que o exercício é para o corpo. A literatura lida com palavras. Sons e sentidos são a matéria do prosador e do poeta, assim como a pedra e o bronze são a matéria do escultor.
José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Deputado novato: Rogério Franco com André, Tarcísio e Derrite

André do Prado defende Rogério Franco para presidente da Alesp

Deputados reeleitos do PL resistem à indicação de Rogério Franco (PL) para a presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Dos 15 parlamentares da sigla que permanecerão na Casa, nove defendem que o cargo seja ocupado por um deputado experiente, segundo levantamento divulgado pelo Metrópoles. Outros quatro não foram localizados e dois preferiram não se manifestar. Nos bastidores, o atual presidente, André do Prado (PL), articula a escolha de Franco, eleito para seu primeiro mandato. Parlamentares criticam a possibilidade de um novato assumir o comando sem conhecer o regimento e a rotina legislativa. Também questionam a falta de diálogo sobre a sucessão e a escolha do candidato. A eleição está prevista para fevereiro de 2027. Com 27 deputados eleitos, o PL terá a maior bancada da Alesp. A escolha do próximo presidente ainda será discutida entre os integrantes da legenda.

Projeto pune exposição íntima de idosos

O deputado federal Fábio Teruel (MDB-SP) apresentou projeto que criminaliza a divulgação não autorizada de imagens e informações íntimas de idosos, pessoas com deficiência ou dependentes de cuidados. A proposta prevê pena de um a três anos de detenção e multa, que sobe para dois a seis anos de reclusão quando houver abuso de confiança por familiares ou cuidadores. O projeto foi protocolado após vídeos publicados nas redes sociais sobre a situação em que se encontra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Proposta é do deputado federal, Fábio Teruel (MDB-SP)

Marinha simula ataque no Porto de Santos

A Guarda Portuária de Santos participou, entre os dias 9 e 12 de novembro, da Operação Tridente III, exercício da Marinha que simulou uma ameaça terrorista a um navio. A ação, realizada em Santos e Praia Grande, teve como foco a proteção de cabos submarinos de fibra óptica e de estruturas estratégicas. O treinamento envolveu a abordagem e retomada da embarcação, com identificação e detenção de ameaças simuladas. Oito agentes da Guarda Portuária participaram da operação, utilizando uma das novas lanchas blindadas.

Porto recupera sistemas após ataque hacker

A Autoridade Portuária de Santos informou que continua trabalhando para restabelecer os sistemas online afetados por um ataque cibernético. Segundo comunicado divulgado pela administração do porto, os principais serviços aos usuários estão disponíveis por canais alternativos. A APS afirmou que as operações portuárias seguem normalmente, sem risco de paralisação, enquanto trabalha na recuperação dos sistemas atingidos.

Casos de mpox em SP

São Paulo lidera os casos de mpox no Brasil em 2026, com 409 registros confirmados, segundo dados atualizados do Ministério da Saúde. O estado concentra 37% das 1.099 ocorrências no país. O RJ aparece em segundo lugar, com 395 casos. Autoridades de saúde monitoram o avanço de uma nova variante do vírus e reforçam a importância da prevenção.

Nascimentos prematuros

A Assembleia Legislativa de São Paulo realizou audiência pública para discutir políticas de atendimento a bebês prematuros após a alta hospitalar. O encontro, promovido pela deputada Marina Helou (Rede), reuniu famílias e especialistas. Em 2025, o estado registrou 56.171 nascimentos prematuros, equivalentes a 11,7% dos nascidos vivos.

Bolsas de Estudos

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) apresentou parecer favorável ao projeto de Paulo Teixeira (PT-SP) que prevê reajuste das bolsas de estudo e pesquisa da Capes e do CNPq. A proposta estabelece correção pelo IPCA a cada dois anos, no máximo. O primeiro reajuste deverá ocorrer em até um ano após a publicação da lei, caso seja aprovada.

Curso Reforma Tributária

A Fiesp e o SENAI-SP lançaram um curso gratuito e on-line para ajudar empresas na adaptação à Reforma Tributária. A formação oferece oito trilhas de aprendizagem, definidas conforme o regime tributário e o setor de atuação. Com até 24 horas de duração, o curso aborda mudanças nas regras fiscais e orienta a elaboração de planos de adequação.

Contra radares invisíveis

O deputado Jonas Donizette (PSB-SP) apresentou substitutivo ao PL 3912/2025 que condiciona multas por excesso de velocidade, registradas por radares, à existência de sinalização ostensiva, visível e legível. As regras técnicas ficarão a cargo do Contran. Se aprovado, o texto entrará em vigor 360 dias após a publicação da lei.

Morto por Policiais

A Justiça determinou o bloqueio de R$ 10 mil das contas do governo de São Paulo para custear o traslado e o funeral de Jeferson de Sousa Santos, morto por policiais militares em junho de 2025. O corpo permanece há mais de um ano no IML, à espera de transporte para Alagoas, onde a família pretende realizar o sepultamento.

LEONARDO SÁ/AGÊNCIA SENADO



Congresso analisará projetos que elevam impostos

Deputados de SP propõem elevar impostos sobre investimentos

Projetos foram protolados na sexta(13) por deputados do PT,PSOL, PCdoB e PV

Por **Andre Souza**

O deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) apresentou quatro projetos de lei que propõem ampliar a tributação sobre investimentos, lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e grandes patrimônios. As propostas foram protocoladas na Câmara dos Deputados na sexta-feira (13) e contam com assinaturas de até 86 parlamentares, dependendo do projeto, incluindo 15 representantes de São Paulo, filiados ao PT, PCdoB, PSOL e PV.

Uma das medidas prevê novo aumento do Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP), modalidade utilizada por empresas para remunerar sócios e acionistas. A alíquota, que era de 15% até dezembro de 2025, passou para 17,5% em janeiro de 2026. Pelo PL 5855/2026, subiria para 20%.

Na prática, sobre um pagamento de R$ 1 mil em JCP, o imposto, que era de R$ 150 em 2025 e passou para R$ 175 neste ano, chegaria a R$ 200 caso a proposta seja aprovada.

Outro projeto, o PL 5854/2026, estabelece tributação de 15% sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, independentemente do valor recebido. Atualmente, a retenção de 10% incide sobre pagamentos superiores a R$ 50 mil mensais feitos por uma mesma empresa ao mesmo beneficiário.

Já o PL 5853/2026 propõe cobrar 7,5% de Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras atualmente isentas para pessoas físicas, como Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio (CRI e CRA).

A quarta proposta, o PL 5852/2026, cria o Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição, mas ainda não regulamentado. A cobrança atingiria patrimônios líquidos superiores a R$ 15 milhões, com alíquotas progressivas de 0,7% a 3%. A arrecadação seria destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

JUSTIFICATIVAS

Segundo as justificativas dos projetos, o objetivo é reduzir diferenças na tributação entre rendimentos do trabalho e do capital, além de ampliar a arrecadação federal. As propostas ainda precisam passar pela análise do Congresso Nacional.

CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

MOZART GOMES / CÂMARA MUNICIPAL DE SP



Mello Araújo (PL) reclamou da falta de apoio do prefeito Nunes

Mello Araújo admite disputar a Prefeitura paulistana em 2028

O vice-prefeito de São Paulo, coronel Mello Araújo (PL), admitiu disputar a Prefeitura em 2028, embora avalie que a chance de concorrer seja pequena. Ele disse que pretende consultar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre seu futuro político. Em entrevista à Folha de S.Paulo, Mello reclamou da falta de apoio do prefeito Ricardo Nunes (MDB) ao relatar suspeitas de irregularidades na gestão. O vice também criticou a fiscalização das contas do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) por deputados estaduais. O governo paulista não comentou as declarações. Mello também negou ter rompido com seus aliados. Mello apontou suspeitas em contratos de R$ 21,2 milhões da Virada Esportiva. O Ministério Público pediu a abertura de um inquérito para apurar o caso. Nunes afirmou que os eventos municipais são fiscalizados e disse que vai conversar com o vice sobre as acusações.

Jorge Oliveira recebe título de cidadão

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jorge Antônio de Oliveira Francisco recebeu o título de cidadão paulistano em sessão solene da Câmara Municipal de São Paulo na noite de quinta-feira (12). A vereadora Sonaira Fernandes (PL) entregou a honraria. Nascido no Rio de Janeiro, Jorge Oliveira cursou Direito, chegou ao posto de major na Polícia Militar do Distrito Federal e trabalhou no Congresso Nacional. Em 2019 foi nomeado ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

RICHARD LOURENÇO / REDE CÂMARA SP



Oliveira foi ministro-chefe da Sec. Geral da Presidência da República

Câmara de SP debate expansão da rede do Metrô

A Comissão de Trânsito da Câmara Municipal de São Paulo fará uma audiência pública na terça-feira (17), às 19h, sobre a expansão do Metrô. Solicitado pelo vereador Nabil Bonduki (PT), o debate vai abordar custos, planejamento e implantação de estações. Estão na pauta as linhas 16-Violeta, 19-Celeste, 20-Rosa e 22-Marrom. O requerimento estima mais de R$ 45 bilhões em investimentos públicos e privados e aponta cerca de 43 km de novas linhas da rede paulistana e 19 estações em construção até o ano de 2029.

Debate sobre o Metrô terá participação online

O público poderá participar presencialmente, por videoconferência ou enviar sugestões por escrito pelo formulário no site da Câmara. A audiência terá transmissão ao vivo pelo portal do Legislativo e pelo canal da Câmara no YouTube. Foram convidados representantes do Metrô, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos e das concessionárias ViaQuatro, ViaMobilidade e LinhaUni, além de especialistas.

Consciência Negra

Na Semana da Consciência Negra, a capital recebe shows de vários artistas. Seu Jorge se apresenta na avenida São João, no centro, no feriado dia 20/11, às 13h. O show gratuito integra a primeira edição do Festival da Consciência Negra, que ocupa ruas, praças e espaços culturais da capital até sábado (21). A local terá várias apresentações.

Amaro toca no Centro

O pianista pernambucano Amaro Freitas toca na praça Dom José Gaspar, no centro de São Paulo, na sexta-feira (20/11), às 17h. Com entrada gratuita, o show faz parte do Festival da Consciência Negra. Em seu trabalho, o músico combina jazz com referências africanas e indígenas. A praça recebe apresentações de piano no sábado (21/11).

Dandara no Patriarca

O Samba de Dandara se apresenta no sábado (21/11), às 16h, na praça do Patriarca, no centro de São Paulo. Formada exclusivamente por mulheres, a roda integra a programação gratuita do Festival da Consciência Negra. O grupo toca no palco Matriarcas do Samba, dedicado a apresentações de mulheres nos dois dias de programação.

Big Chico leva blues

Big Chico comemora 30 anos de carreira com show gratuito no Centro Cultural da Penha, no sábado (21/11), às 20h. Além de cantar, o gaitista e guitarrista reúne suas composições próprias e clássicos do blues no repertório. A apresentação integra o Festival da Consciência Negra. O centro cultural fica no largo do Rosário, 20, na zona leste.

F1 movimenta bilhões

O GP de São Paulo de Fórmula 1 movimentou R$ 2,63 bilhões, segundo estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV). O impacto econômico cresceu 11,9% em termos reais na comparação com a edição de 2025. O evento de 2026 atraiu 317 mil pessoas ao Autódromo de Interlagos entre 6 e 8 de novembro e gerou 28 mil empregos nos 3 dias.

Explosão em fábrica

Bombeiros e agentes da Defesa Civil ficaram feridos em uma segunda explosão durante o combate ao incêndio na fábrica de Salto. Segundo os Bombeiros, o volume de solventes armazenado no local, de cerca de 100 mil litros, contribuiu para a propagação das chamas e para as explosões. A operação chegou a ter 22 viaturas e 60 bombeiros.

REPRODUÇÃO/PREFEITURA DE SÃO PAULO



Prefeito assinou a autorização para implantar o Bonde São Paulo

Ricardo Nunes autoriza bonde elétrico no centro da capital

Projeto prevê R$ 2,8 bilhões, 37 estações e início de operação em dezembro/2027

Da **Redação**

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), assinou nesta sexta-feira (13) a autorização para implantar o Bonde São Paulo na região central da capital. Com investimento estimado em R$ 2,8 bilhões, o projeto prevê duas linhas e 37 estações. A previsão da Prefeitura é que o primeiro trecho entre em operação em dezembro de 2027.

O cronograma prevê quatro etapas. A primeira corresponde a um trecho da Linha Jequitibá, cuja segunda fase está prevista para junho de 2028. Os dois trechos da Linha Sibipiruna têm entregas previstas para dezembro de 2028 e março de 2029. Não há previsão de início das obras.

A Linha Jequitibá, identificada pela cor azul, terá 23 estações e percursos de 6,2 quilômetros no sentido anti-horário e de 4,9 quilômetros no horário. A Linha Sibipiruna, vermelha, terá 14 estações em 6,3 quilômetros. Somados os percursos nos dois sentidos da Jequitibá e o da Sibipiruna, a extensão divulgada é de 17,4 quilômetros.

O traçado inclui Bom Retiro, Zona Cerealista, Liberdade e o entorno da Praça da República. Entre os pontos atendidos estão o Mercado Municipal, a Rua 25 de Março, o Theatro Municipal e a Sala São Paulo. O projeto prevê conexão com cinco terminais de ônibus, oito estações de metrô e duas da CPTM, além do BRT da Radial Leste e da futura Linha Celeste do Metrô.

O projeto foi apresentado inicialmente como veículo leve sobre trilhos (VLT), mas a Prefeitura mudou a tecnologia em abril deste ano. O modelo escolhido, chamado de Veículo Leve Elétrico (VLE), terá veículos articulados que circulam sobre pneus, guiados por um sistema digital com orientação magnética. A operação está prevista em faixa segregada e dispensa trilhos metálicos convencionais.

IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

A implantação e a operação do serviço estão previstas em uma parceria público-privada. A tarifa deverá seguir a dos ônibus municipais, com integração pelo Bilhete Único. A Prefeitura crê que o sistema possa atender mais de 120 mil passageiros por dia.

O projeto inclui ainda a reforma e a ampliação de 200 mil metros quadrados de calçadas, a implantação de 30 mil metros quadrados de áreas verdes e mais de 30 quilômetros de ciclovias integradas na região central.

CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**

LÚCIO CAMARGO/ UNICAMP



Tarcísio e o superintendente do HC da Unicamp, Maurício Etchebehere

SP destinará R$ 60 milhões para o Hospital de Clínicas da Unicamp

O Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp receberá R$ 60 milhões do governo paulista, segundo o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) no lançamento da pedra fundamental do Hospital Estadual de Campinas. Além da construção da nova unidade hospitalar, no Jardim Itália, "o governo pretende investir no HC, que continuará desempenhando papel fundamental na assistência à população. O hospital enfrenta atualmente uma demanda elevada e necessita de recursos para ampliar a capacidade de atendimento. A expectativa é que as duas unidades, com estruturas de grande porte, contribuam para atender melhor às necessidades de saúde de toda a região", afirmou o chefe do Executivo paulista. O superintendente do Hospital de Clínicas, Maurício Etchebehere, declarou que o Hospital Metropolitano , "poderá beneficiar diretamente o HC".

Complementação

"Além disso", complementa Etchebehere, "a sinalização do governo do Estado sobre novos investimentos e a ampliação da estrutura do Hospital da Unicamp" são "necessários para responder à crescente demanda por atendimentos de alta complexidade". Já o diretor da Área da Saúde, Luiz Carlos Zeferino, aponta o déficit de leitos na rede para oncologia, cardiologia e ortopedia, destacando que o Hospital Metropolitano "poderá ajudar a reduzir as filas e agilizar o acesso da população a procedimentos especializados".

Parceria

O reitor Paulo Cesar Montagner afirma que "a universidade está à disposição para colaborar com o projeto, por meio de sua capacidade institucional nas áreas de ensino, pesquisa e extensão", defendendo sistemas integrados para que unidades complementem umas às outras. Já o diretor da Faculdade de Ciências Médicas da universidade, Erich Vinicius de Paula, frisou que "a participação da Unicamp é fundamental em iniciativas voltadas à ampliação e à melhoria do atendimento à população".

CAIUS LUCILIUS/HC UNICAMP



Entrada principal do Hospital da Clínicas (HC) da Unicamp

Brasília

O presidente da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), André do Preado (PL-SP), eleito senador nas eleições deste ano, comprometeu-se a atuar em Brasília em favor da Unicamp. "Quero aqui reforçar o compromisso anunciado pelo governador de ampliar a capacidade de atendimento do HC". Já o Hospital Metropolitano está sendo erguido próximo ao Mário Gatti, com orçamento de R$ 400 milhões.

PINGA-FOGO

Mudança de endereço

A Câmara Municipal realizará uma audiência pública nesta segunda-feira (16) às 17h para tratar da transferência do Centro de Referência em IST, HIV/Aids e Hepatites Virais Dra. Silvia Brandão Bertazolli Bellucci. Proposta pelo vereador Wagner Romão (PT), a reunião contará com o coordenador do Conselho Local de Saúde, Paulo Mariante.

Saída do Centro

A discussão foca na realocação dos serviços, que hoje funcionam na Rua Regente Feijó, 637, no Centro, para o prédio da Policlínica, anexo ao Mário Gatti. O encontro busca assegurar garantias de que a mudança manterá os padrões de atendimento, a confidencialidade dos prontuários e o acompanhamento dos cidadãos que utilizam o equipamento público de saúde.

Serviços prestados

A unidade assiste atualmente mais de cinco mil pacientes diagnosticados com HIV/Aids e hepatites dos tipos B e C. Disponibiliza exames diagnósticos, orientação, consultas com especialistas e distribuição de medicamentos pré-exposição (PrEP) e pós-exposição (PEP) - métodos aplicados pelas políticas públicas para conter a transmissão desses vírus.

Questões levantadas

A mudança de endereço gera dúvidas quanto à adequação das instalações, à preservação da privacidade dos usuários e ao deslocamento. Exigem respostas questões como o espaço físico disponível, a divisão de salas com outros setores médicos, o funcionamento da farmácia e a permanência das especialidades ofertadas, a exemplo dos tratamentos odontológicos.

Acesso às informações

Romão aponta ainda a falta de detalhes do plano de transição e de prazos para a mudança. A retirada do equipamento do Centro e as modificações na rotina de trabalho demandam análise para não dificultar o acesso da população que depende da assistência oferecida pelo equipamento de Saúde, que está hoje no Centro.

Imprescindível

"Estamos falando de um serviço essencial para milhares de pessoas, que exige acolhimento, privacidade e acompanhamento contínuo. Uma mudança dessa dimensão não pode acontecer sem transparência, planejamento e diálogo com os trabalhadores e usuários", afirma o vereador.

IGOR ALISSON/ UNICAMP



O diretor-executivo da Inova Unicamp, Renato Lopes, apresenta o relatório

Empresas-filhas da Unicamp faturam R$ 29,2 bilhões ao ano

Relatório de 2026 foi divulgado pela Agência de Inovação da universidade

Por **Raquel Valli**

As empresas criadas por integrantes da Unicamp ou originadas de tecnologias da instituição alcançaram 1.624 negócios ativos, com faturamento estimado em R$ 29,2 bi e 57.698 empregos diretos. Os dados integram o Relatório de Empresas-Filhas da Unicamp 2026, divulgado pela Inova (Agência de Inovação) da universidade, que soma 2.055 registros desde o início do levantamento, em 2006.

Em relação a 2025, os negócios em operação cresceram 7,2% e as vagas 5,8%, gerando 3.174 postos. Entre agosto de 2025 e julho de 2026, houve recorde de 297 novos registros, quase o dobro dos 149 do ciclo anterior.

Desde 2020, a receita avançou 260%, partindo de R$ 8 bi. Asvempresas-fihas atuam em 190 cidades de 24 estados brasileiros e em 11 países. O Sudeste concentra 92%, com 1.493 empresas, sendo 1.435 em São Paulo. Mais de 500 mantêm parcerias de pesquisa, mentorias e eventos com a universidade. No exterior, 393 realizam exportações ou projetos, alta de 14,6%,, como é o caso da ProFusion, fundada em 2016 por ex-alunos de computação, empregando 73 pessoas e atendendo clientes nos EUA, Alemanha, Reino Unido, Nova Zelândia e Singapura. No setor financeiro, 673 empresas receberam fomento ou aportes.

O capital privado nacional liderou as fontes de recursos em 2026, subindo de 71 para 116 negócios investidos, alta de 63%, enquanto o apoio estrangeiro cresceu 80%. No fomento público, a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) segue na liderança, acompanhada pelo avanço da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). A Lapworth, cofundada por um egresso de geociências, captou R$ 1,2 milhão via fundo de risco para mapear minerais de transição energética.

O estudo registrou ainda crescimento de 90% nas práticas ambientais, sociais e de governança, com 620 iniciativas, além de 880 vinculações aos objetivos sustentáveis da ONU. Enquadram-se na categoria organizações fundadas por alunos, egressos, docentes e servidores, empresas incubadas ou graduadas pela universidade e negócios derivados de conhecimento acadêmico, com cadastro gratuito no portal da Inova (www.inova.unicamp.br)

MP aprofunda inquérito e dá 10 dias à Prefeitura sobre data centers em Barão

Gaema cobra dados sobre outros três projetos na região, estudos de ruído e calor e renúncia fiscal milionária

Por **Moara Semeghini**

REPRODUÇÃO INSTAGRAM / @PROFWAGNERROMAO



Sede da Fazenda Pau d'Alho, propriedade histórica localizada no quilômetro 118,5 da Rodovia Campinas-Mogi-Mirim (SP-340), em Campinas

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP), pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), aprofundou a apuração sobre data centers em Barão Geraldo. Na sexta-feira (13), o promotor Rodrigo Sanches Garcia deu 10 dias para a Prefeitura de Campinas enviar licenças e dados de outros três projetos no distrito.

A medida atende a alerta do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema) sobre a formação de um "cluster de hiperescala" (concentração de grandes complexos de dados) na zona rural-universitária do distrito, com risco ao corredor ecológico da Mata de Santa Genebra. O foco é o mega data center de inteligência artificial anunciado na Fazenda Pau d'Alho, no Polo de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (PIDS). O projeto da Terra Nova 1774 Ltda. e da Actis prevê R$ 5 bilhões (até R$ 20 bilhões) em 944 mil m², com energia de até 1 gigawatt (GW), capaz de abastecer 1 milhão de casas.

Agora, o MP avalia impactos cumulativos com outras três empresas na região: Twenty Four Seven Data Centers (modular de até 300 MW com isenções de setembro), Scala Data Centers (em operação na Rua Guido de Camargo Penteado Sobrinho) e Tropical Edge Data Center (alvarás de agosto). Após analisar os dados, o Gaema decidirá sobre novos inquéritos. Licenciamento e impactosAberto em 15 de setembro após representações de Sâmia Bomfim (PSOL), Mariana Conti (PSOL), Gustavo Petta, Orlando Silva (PCdoB) e do Comdema, o inquérito apura licenciamento fracionado. Prefeitura e Terra Nova confirmaram que só a subestação de 440 kV tem licença, sem pedido para o data center, e a Cetesb apontou dispensa estadual. No MP, a empresa disse ter reduzido o projeto de dez para nove prédios pelo tombamento histórico.

O MP deu 20 dias para a Terra Nova entregar plantas atualizadas e estudos de ruído, avaliando barreira sonora na APP do Ribeirão Anhumas, e de calor (386 MW), pelo risco de ilhas de calor. No mesmo prazo, empresa e Sanasa detalharão testes com água de reúso no resfriamento (liquid cooling), pois a bacia PCJ vive escassez hídrica e a diretriz anterior venceu em outubro.

Incentivos e repercussãoOs R$ 5 bilhões são investimentos privados na estrutura e equipamentos do negócio (colocation), sem entrada nos cofres públicos. Pela Lei nº 16.174/2021, o grupo obteve 12 anos de isenções, R$ 1,62 milhão/ano em IPTU, R$ 904,8 mil em ITBI e R$ 6,83 milhões em ISSQN de obras — em troca de R$ 497,8 milhões em aportes em três anos, 690 vagas diretas até o sexto ano e 5% dos incentivos a um fundo municipal, sem contrapartidas ambientais. A subestação segue autorizada.

Mariana Conti disse que a ação evita um "cheque em branco" a empresa estrangeira com isenções milionárias sem contrapartidas claras. Sâmia Bomfim defendeu regulação nacional para evitar que o país vire "quintal das big techs".

OUTRO LADO

Procurada pela reportagem, a Prefeitura de Campinas informou que recebeu o ofício do Ministério Público na sexta-feira (13), acrescentando que irá levantar as informações solicitadas e responder ao órgão dentro do prazo estabelecido.

Oposição aciona MP e Câmara adia audiência da Previdência

Por **Moara Semeghini**

A Câmara Municipal de Campinas recuou e transferiu para 24 de novembro, às 18h, a audiência pública sobre o futuro do Instituto de Previdência Social do Município de Campinas (Camprev). Confirmada à reportagem pelo Legislativo, a mudança sai no Diário Oficial desta segunda-feira (16) e reverte a agenda da Comissão de Constituição e Legalidade (CCL), presidida por Otto Alejandro, que marcara o debate para quinta (19), às 10h.

O Projeto de Lei Complementar altera regras de aposentadoria, pensões e transição para adequar a cidade à Reforma da Previdência de 2019 (EC nº 103), proposta por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes e promulgada pelo Congresso. O recuo ocorreu após protesto de servidores no Paço na quinta (12), abaixo-assinado com mais de 5 mil assinaturas e representação no Ministério Público (MP-SP) na sexta (13), assinada pelos vereadores Fernanda Souto (PSOL), Guida Calixto (PT), Gustavo Petta (PCdoB), Mariana Conti (PSOL), Paolla Miguel (PT) e Wagner Romão (PT).

ÁLVARO JR / CÂMARA DE CAMPINAS



Representação feita pela oposição: Petta, Souto, Conti, Calixto, Paolla e Romão

Para Gustavo Petta (PCdoB), a mudança é "uma primeira vitória" pela participação dos servidores, mas o desafio agora é barrar um texto que "precariza o direito à aposentadoria". Já Wagner Romão (PT) classificou o projeto de Dário Saadi como "extremamente nocivo" e acusou a gestão de repetir "o saque de recursos previdenciários para pagar contas da Prefeitura". Segundo ele, a reforma aumenta a aposentadoria em sete anos para mulheres e cinco para homens, além de desestimular novos concursos.

O QUE DIZ A PREFEITURA

Enviado à Câmara em 20 de outubro, o projeto busca equilibrar as contas do Camprev diante de um déficit atuarial estimado em R$ 13 bilhões.

O Executivo afirma que mantém a alíquota de 14%, preserva direitos adquiridos e garante integralidade e paridade a quem ingressou até 31 de dezembro de 2003.

Para atuais servidores, cria regras de transição (pontos e pedágio); para novos, fixa idade mínima de 62 anos (mulheres) e 65 (homens), 57 e 60 no magistério, além de aposentadoria especial para áreas insalubres.

CORREIO GRANDE CAMPINAS

DIVULGAÇÃO / S. ANTÔNIO DE POSSE



Proposta prevê receitas e fixa despesas municipais para 2027

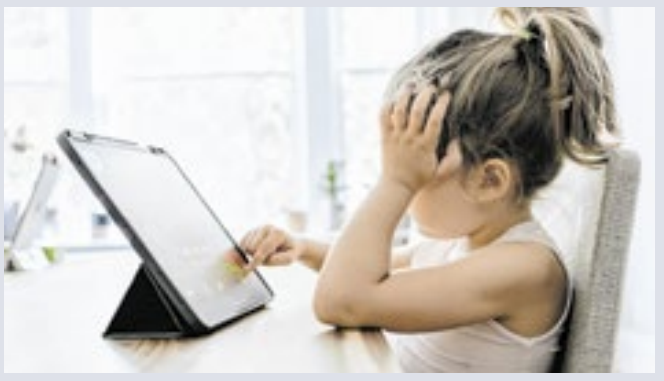
Câmara de Sto. Antônio de Posse aprova 5 projetos de lei para 2027

A Câmara de Santo Antônio de Posse aprovou cinco projetos na 38ª Sessão Ordinária, na última segunda-feira (9). O principal foi a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, aprovada em primeiro turno. O texto prevê receitas e fixa despesas do município e passará por segunda votação. Também foram aprovados três projetos do Executivo: um autoriza crédito de R$ 66 mil para Desenvolvimento Urbano; outro libera R$ 550 mil para a Educação, destinados à merenda, ao transporte escolar e à manutenção pedagógica; e o terceiro muda o nome da Unidade Integrada de Saúde para Ambulatório de Especialidades Médicas Prefeito Dr. Abdalla Khoury Chaib. De autoria do vereador Douglas Richard Inaba, o quinto projeto cria a Feira Cristã semanal e permite atividades culturais, artísticas e religiosas no Coreto da Praça Matriz na cidade.

Câmara de Americana propõe proteção digital

A Câmara de Americana recebeu projeto de lei do vereador Lucas Leoncine (PSD) que cria programa de proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. A proposta prevê campanhas educativas, palestras nas escolas, capacitação de profissionais e orientação às famílias sobre segurança na internet e controle parental. O texto também busca prevenir cyberbullying, assédio virtual, exploração digital e exposição de menores. O projeto será analisado pelas comissões antes de seguir para votação em Plenário.

KELLY SIKKEMA / UNSPLASH



PL prevê proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital

TJSP debate direito à cultura de crianças e jovem

O Tribunal de Justiça promoveu palestra sobre o direito à cultura de crianças e adolescentes. O encontro foi ministrado pelo juiz Iberê de Castro Roxo Dias, da 1ª Vara Criminal de Santa Bárbara d'Oeste, na Região Metropolitana de Campinas. Ele apresentou o ApadrinhARTE, projeto de visitas a espaços culturais, e o Sarau Mil Grau, voltado à escuta e à expressão artística. A atividade foi realizada pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, em parceria com a Escola Judicial dos Servidores na região.

Itatiba aprova cisternas em prédios públicos

A Câmara de Itatiba aprovou, em primeiro turno, o projeto de lei que prevê cisternas para captar água da chuva em prédios públicos construídos ou reformados pelo município. A proposta determina o reaproveitamento da água na limpeza, jardinagem e descarga de sanitários. O texto retorna à pauta na próxima semana para votação final.A medida busca incentivar a economia de água e a sustentabilidade.

Nova sede do CAPS AD

Americana inaugura nesta segunda-feira (16), às 15h30, a nova sede do CAPS AD "Nova Vida", na Rua Achiles Zanaga, 39, Vila Medon. O espaço tem consultórios e salas para atendimento e atividades em grupo. O serviço acolhe a população com problemas ligados ao uso de álcool e outras drogas, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 18h.

Pontos de Cultura

Hortolândia recebe inscrições até 18 de novembro para selecionar dois projetos de Pontos de Cultura. Um será voltado às culturas populares e tradicionais; o outro terá tema livre. Cada projeto receberá R$ 99,5 mil. Podem participar entidades certificadas pelo Ministério da Cultura, com CNPJ. Inscrições presenciais no Paço Municipal.

Transporte de pacientes

Em Santa Bárbara d'Oeste, o vereador Celso Ávila questiona a Prefeitura sobre falhas no transporte de pacientes. O pedido foi motivado pelo caso de uma mulher acamada que perdeu consulta na Unicamp após a ambulância não comparecer. O parlamentar solicita dados sobre a frota, veículos parados, cancelamentos e medidas para evitar novas ocorrências.

Merenda escolar

Em Santa Bárbara d'Oeste, o vereador Celso Ávila pediu esclarecimentos à Prefeitura sobre a contratação direta de biscoito de arroz integral e suco de uva para a merenda escolar, com valor aproximado de R$ 971 mil. O parlamentar questiona os preços de R$ 105,32 pelo quilo do biscoito e R$ 16,40 pelo litro do suco, além dos critérios de escolha.

Programa Mais Verde

Paulínia plantou mais de 870 mudas de árvores em diferentes pontos da cidade, pelo programa Mais Verde. As ações ocorreram no bairro São José e no Poliesportivo do Monte Alegre. Entre as espécies estão ipês, paineiras, angicos e pau-jacarés. A iniciativa busca ampliar a arborização e a biodiversidade.O programa também prevê podas e jardinagem.

Concurso Público 2026

Cosmópolis está com inscrições abertas para concurso público na área da Educação. Há vagas para professores de diversas disciplinas, diretor de escola e supervisor de ensino. O prazo vai até 10 de dezembro, pelo site www.institutoindec.org.br. A prova será aplicada em 31 de janeiro de 2027.No Edital é informado salários e requisitos.

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE VALINHOS



Proposta prevê pedágio de 50% e preserva integralidade para servidores

Valiprev propõe aposentadoria aos 57 e 60 anos para servidores

Propositura reduz pedágio e mantém os direitos dos servidores municipais

Da **Redação**

A Câmara de Valinhos ganhou projeto de lei do Valiprev que atualiza as regras de aposentadoria e pensão dos servidores. Protocolada no última dia 10, a proposta adequa a legislação à Emenda Constitucional nº 103/2019 e estabelece condições de transição com idades inferiores às regras permanentes federais.

O texto prevê aposentadoria aos 57 anos para mulheres e 60 para homens na regra de transição, desde que cumpridos os demais requisitos. Também propõe pedágio de 50% sobre o período de contribuição que faltar, metade do percentual da regra federal equivalente, que exige 100%. Outra modalidade considera sistema de pontos, com exigência inicial cinco pontos menor que a referência nacional.

Na regra permanente federal, a idade mínima é de 62 anos para mulheres e 65 para homens. A proposta pretende reduzir os impactos aos servidores na ativa, especialmente os próximos da aposentadoria. O projeto será analisado pela Câmara.

Segundo o Valiprev, a atualização deve ser concluída até 10 de dezembro, para atender às exigências nacionais, manter a regularidade previdenciária e reduzir o déficit atuarial.

A proposta mantém integralidade e paridade para servidores que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003, desde que cumpram os requisitos legais. Preserva também as condições de quem completar os critérios para aposentadoria até 28 de fevereiro de 2027, mesmo que continue trabalhando. Não prevê aumento da contribuição dos servidores e regulamenta aposentadorias especiais para pessoas com deficiência e profissionais expostos a agentes prejudiciais à saúde.

Para apresentar as mudanças, o Valiprev promove palestra nesta segunda (16), às 16h, no Teatro Darci Rossi, na Rua Ângelo Antônio Schiavinato, 59, Jardim Planalto. O encontro será conduzido por Luiz Carlos Brenha, especialista em previdência pública e ex-superintendente do Instituto de Previdência de Itu. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo Whats(19)3515-7132 ou na sede do instituto.

CORREIO DAS REGIÕES

WALMIR GERENA/DRONE TERAPIA CHANNEL



Incêndio em fábrica química de Salto é controlado

Fogo em indústria química de Salto é controlado após 16 horas

O incêndio de grandes proporções na fábrica de produtos químicos Pyrozzar, em Salto (SP), foi controlado pelo Corpo de Bombeiros na madrugada do sábado (14), após 16 horas de combate. O fogo começou por volta das 10h30 da última sexta-feira (13), provocando explosões e uma densa nuvem de fumaça tóxica visível a quilômetros. A ação mobilizou 60 bombeiros, 22 viaturas e consumiu 400 mil litros de água, e equipes seguem no local realizando o trabalho de rescaldo. Ao menos 12 pessoas ficaram feridas — seis em estado grave —, incluindo bombeiros, agentes da Defesa Civil, um dos sócios e o diretor da indústria. Moradores vizinhos deixaram suas casas temporariamente, retornando à noite. Especialistas orientam manter portas e janelas fechadas contra gases tóxicos. Em nota, a empresa disse que criou um comitê de crise, presta assistência às vítimas e apura as causas.

AME de Salto restringe atendimentos

O Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Salto deixou de atender pacientes de outros 46 municípios, restringindo consultas e exames apenas a moradores locais. O fechamento regional agrava o gargalo na saúde da região de Sorocaba e ocorre após o Governo do Estado encerrar o convênio com a unidade, cortando o repasse mensal pela metade — de R$ 1,9 milhão para R$ 925 mil. Sem acordo com o Estado para recompor a verba, a Prefeitura alegou falta de recursos e barrou os atendimentos externos.

PREFEITURA DE SALTO



Sem verba estadual, AME de Salto (SP) fecha portas à região.

Itapetininga recebe mutirão da CDHU

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) realiza nesta segunda (16) e terça-feira (17) uma campanha especial de renegociação de financiamentos habitacionais em Itapetininga. A iniciativa é voltada para mutuários que possuem débitos em atraso, oferecendo facilidades e acordos para a regularização dos contratos diretamente no município. Sendo a CDHU, o objetivo é reduzir a inadimplência e garantir a segurança jurídica das moradias populares na região, facilitando o pagamento de dívidas acumuladas.

Médicos cobram atrasos em Votorantim

Os médicos coordenadores do Hospital Municipal de Votorantim (SP) notificaram o Instituto Moriah cobrando honorários de agosto e setembro em atraso, além de denunciarem falhas de insumos. O ofício alerta para risco de desfalque nas escalas a partir do dia 17 se não houver quitação. O instituto culpa a falta de repasses da Prefeitura, enquanto a gestão municipal alega que os pagamentos ocorrem regularmente.

Ações do Novembro Azul

Votorantim realiza ações voltadas à saúde do homem dentro da campanha Novembro Azul. Conforme a Prefeitura, a programação inclui rodas de conversa e orientação preventiva nas unidades de saúde, como no Parque São João (18) e Jardim Clarice (25), com foco na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata.

Médico na Praça

A Secretaria de Saúde de Sorocaba divulgou a agenda do programa "Médico na Praça" para esta semana. A clínica móvel oferecerá consultas, aferição de pressão e exames de glicemia em bairros como Santa Cecília, Vila Mineirão, Vitória Régia e no Parque das Águas, visando ampliar o acesso à saúde preventiva e a diagnósticos precoces.

Mutirão em São Roque

O Castramóvel ocorre nesta terça-feira (17) em São Roque, no Recanto da Cascata, ao todo são 260 vagas gratuitas para cães e gatos. O agendamento agora é feito pelo aplicativo ConectaPet, mas quem não tem acesso à internet ou enfrenta dificuldades digitais precisa buscar inscrição presencial na Divisão de Zoonoses, no Paço Municipal.

200 vagas em Itu

O PAT de Itu realiza mutirão de emprego nesta semana para selecionar mais de 200 profissionais para a nova unidade do Max Atacadista. As entrevistas ocorrem de segunda (16) a quarta-feira (18), das 8h às 16h, na Rua Sorocaba, 459, Centro. Há vagas para diversas funções, exigindo maioridade e oferecendo opções com ou sem experiência.

PAT abre 251 vagas

PAT de Itapetininga disponibiliza 251 vagas de emprego a partir de hoje. As oportunidades abrangem diferentes setores, níveis de escolaridade e funções com ou sem experiência. Os interessados devem comparecer à unidade, na Rua Monsenhor Soares, 251, Centro, portando RG, CPF, Carteira de Trabalho e comprovante de residência.

Prisão por golpe

Um homem foi preso em Sorocaba após desviar cerca de R$ 45 mil das contas de seus pais idosos, de aproximadamente 85 anos. A denúncia partiu do próprio filho do suspeito. Ele usava o celular da vítima para fazer Pix não autorizados. O investigado já possuía medida protetiva de urgência por violência e furtos anteriores contra o casal.

CÂMARA DE SOROCABA



Vereador Izídio de Brito na Tribuna da Câmara Municipal de Sorocaba.

Sorocaba reúne assinaturas e pode abrir CPI da Saúde

Caso avance à Mesa, apuração de 90 dias mira falhas de gestão.

Por **Fabrício Rocha**

A Câmara Municipal de Sorocaba atingiu, na última sexta-feira (13), o número mínimo de assinaturas para abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a gestão das filas da Saúde no governo Rodrigo Manga (sem partido). O requerimento, de autoria do vereador Izídio de Brito (PT), reuniu 13 apoios — superando o mínimo regimental de nove assinaturas. Se protocolado dentro do prazo, o pedido será apreciado na sessão ordinária da próxima terça-feira (17) e, caso instaurado, terá duração de 90 dias.

A investigação busca apurar possíveis omissões administrativas, falta de transparência, erros na classificação de prioridades, exclusão indevida de pacientes e falhas na contratação de serviços para reduzir a demanda reprimida. Se forem constatadas irregularidades ou improbidades, o relatório final poderá responsabilizar agentes públicos e empresas envolvidas, sendo encaminhado ao Ministério Público e à polícia.

O requerimento fundamenta-se na demora para consultas, exames e cirurgias. Segundo levantamento de junho de 2025, a fila municipal somava 78,5 mil pessoas. Em março deste ano, a própria Secretaria da Saúde admitiu não possuir dados precisos sobre o total de pacientes aguardando atendimento, o que motivou uma ação judicial em abril para obrigar a Prefeitura a divulgar informações atualizadas. A CPI também cobrará explicações sobre o alto índice de faltas: de acordo com dados oficiais de outubro, 82.924 pacientes não compareceram às 237.313 consultas agendadas no quadrimestre anterior, o que representa cerca de 35% de absenteísmo.

Além de Izídio, assinaram o pedido Alexandre da Horta (Solidariedade), Silvano Júnior (Republicanos), Caio Oliveira (Republicanos), Fernanda Garcia (Psol), Henri Arida (MDB), Iara Bernardi (PT), Ítalo Moreira (Missão), Jussara Fernandes (Republicanos), Raul Marcelo (Psol), Rodolfo Oliveira (Podemos), Rogério Marques (MDB) e Toninho Corredor (Agir). O avanço da CPI reflete o desgaste da base governista na Casa às vésperas da eleição para a Presidência da Câmara, marcada para 15 de dezembro, na qual o atual presidente, Luiz Santos, aliado de Manga, enfrenta candidaturas de Caio Oliveira e Izídio de Brito.

CORREIO ECONÔMICO

BRUNA OURIQUE / PMC



Perdão será automático, mas exige pagamento do DAS em 2027

Receita cancelará dívidas de MEIs vencidas até a última sexta (13)

As dívidas de contribuição previdenciária dos Microempreendedores Individuais (MEIs) com vencimento até a última sexta-feira (13) serão perdoadas automaticamente pela Receita Federal, informou o órgão. O procedimento não exige pedido do contribuinte. Para manter o benefício, porém, quem continuar enquadrado como MEI deverá pagar em dia os boletos mensais do DAS entre janeiro e junho de 2027. A remissão foi estabelecida pela Lei Complementar 238/2026, que perdoou as dívidas dos microempreendedores e aumentou o teto da categoria.

A lei começará a valer em 1º de janeiro de 2027. Até 31 de dezembro deste ano, as dívidas e os parcelamentos continuam ativos. O benefício abrange a parte da contribuição ao INSS incluída no DAS-MEI, desde que o vencimento tenha ocorrido até 13 de outubro de 2026.

Comércio: vendas variam 0,2% em setembro

As vendas no comércio varejista variaram 0,2% na passagem de agosto para setembro. O desempenho faz com que o setor mostre recuo de -0,3% no terceiro trimestre, comparado ao segundo. No acumulado de 12 meses, o setor avança 1,7%. Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada na sexta (13) pelo IBGE. Apesar de o resultado de agosto para setembro ter ficado no campo positivo, o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, sinaliza que o desempenho deve ser visto como "estabilidade".

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Em 12 meses, setor acumula alta de 1,7%

Indústria: confiança tem menor nível desde 2020

A confiança dos empresários industriais caiu seis pontos em novembro, passando de 46,2 para 40,2 pontos, segundo levantamento divulgado pela Confederação Nacional da Indústria nesta sexta-feira (13). O Índice de Confiança do Empresário Industrial chegou ao menor nível desde maio de 2020, quando marcou 34,7 pontos. Esta foi a terceira maior queda mensal desde o início da série histórica, em 2010. Com o resultado, o setor completa 23 meses abaixo da linha divisória de 50 pontos que separa o otimismo do pessimismo.

Índice baixo afetou as empresas, aponta CNI

Segundo Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI, a falta de confiança já afeta decisões de contratação, produção e investimento, com possíveis reflexos sobre emprego, renda e crescimento econômico. O Índice de Condições Atuais recuou 2,3 pontos, para 37,7 pontos, o menor resultado desde 2020. A avaliação negativa atingiu tanto a economia brasileira quanto o desempenho das empresas.

Normalização I

A Secretaria do Tesouro Nacional informou que prevê restabelecer até esta segunda-feira (16) os sistemas e serviços temporariamente indisponíveis após o incidente de segurança informado na quinta (12). A interrupção afeta ferramentas de consulta e acesso a documentos, séries históricas e informações disponíveis no site do órgão.

Normalização II

Segundo o Tesouro, a indisponibilidade faz parte das medidas de segurança, análise e recuperação adotadas após o acesso não autorizado. O órgão ressalta que nem todos os sistemas temporariamente fora do ar foram atingidos pelo incidente. As principais estruturas responsáveis pelas operações do Tesouro continuam funcionando.

Dólar

O dólar fechou praticamente estável na sexta-feira (13), cotado a R$ 5,65, mas acumulou alta de 2,63% na semana. Além das incertezas sobre o pacote fiscal do governo, pesou a continuidade das turbulências no mercado internacional. Na bolsa, o Ibovespa subiu 0,66%, aos 172,5 mil pontos, impulsionado por ações de varejistas e petroleiras.

Bolsa brasileira

O Ibovespa avançou 0,66%, aos 172.457,77 pontos, e encerrou a semana com valorização acumulada de 2,35%. As ações de empresas do varejo e de petroleiras contribuíram para o resultado positivo. O desempenho do comércio em setembro, com crescimento acima do esperado, também esteve no radar dos investidores.

Condenado

A 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) confirmou a condenação por improbidade administrativa de um ex-tesoureiro da Caixa Econômica Federal pelo desvio de R$ 889,5 mil de quatro caixas eletrônicos do banco. Segundo a sentença, o dinheiro foi utilizado para a realização de apostas em bets online.

Viagens aos EUA

A Anac orienta os passageiros com viagens marcadas para os Estados Unidos que busquem as companhias aéreas para verificar a situação do voo ou eventuais alterações. Mais cedo, a Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos (FAA) determinou uma suspensão nacional de decolagens "devido a circunstância extraordinária".

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



O benefício chegou ao fim após o vencimento da Portaria 3.082

Governo não renova subsídio de R$ 1,40 ao diesel importado

Benefício para o diesel rodoviário continua em vigor

Da **Redação**

Após um mês em vigor, a subvenção de R$ 1,40 por litro ao diesel importado não será renovada, informou na noite desta sexta-feira (13) o Ministério da Fazenda. O benefício chegou ao fim após o vencimento da Portaria 3.082 do Ministério da Fazenda, de 13 de outubro.

A decisão não altera a subvenção de R$ 2,12 por litro destinada ao óleo diesel rodoviário, que continua valendo.

A medida de R$ 1,40 havia sido criada para reduzir os efeitos da alta dos preços internacionais dos combustíveis sobre o mercado brasileiro. Segundo a Fazenda, a possibilidade de reavaliar o benefício não está descartada e dependerá da evolução dos preços do petróleo.

DOIS SUBSÍDIOS

As medidas têm valores e regras diferentes. Por isso, o fim de uma delas não significa o encerramento de todo o programa de apoio ao diesel.

R$ 1,40 por litro: benefício específico para o diesel importado, encerrado com o vencimento da Portaria 3.082 de 13 de outubro;

R$ 2,12 por litro: subvenção para o óleo diesel A de uso rodoviário, mantida pela Portaria 3.181, de 27 de outubro, também do Ministério da Fazenda.

A subvenção é um pagamento feito pelo governo a produtores ou importadores para reduzir os custos de comercialização do combustível. O objetivo é diminuir a pressão dos preços internacionais sobre o mercado interno.

O benefício de R$ 1,40 foi anunciado há um mês, em meio à alta do petróleo provocada pelas tensões e pelo conflito no Oriente Médio. A medida tinha validade inicial de 30 dias.

O diesel importado é relevante para o abastecimento brasileiro: mais de 25% do consumo nacional depende de compras externas, segundo o governo.

Quando o preço internacional sobe, o custo de importação também aumenta. A subvenção busca compensar parte dessa diferença e evitar que toda a pressão chegue ao preço do combustível no Brasil. A subvenção de R$ 2,12 por litro foi prorrogada em 27 de outubro por mais 30 dias.

O benefício é destinado a produtores e importadores de óleo diesel A de uso rodoviário. Esse combustível é o diesel puro, antes da mistura obrigatória com biodiesel.

CORREIO ESPORTIVO

POR **HENRIQUE FERRO**

MIGUEL SCHINCARIOL / SÃO PAULO FC



Dívida de US$ 300 mil envolvia empresário de Giuliano Galoppo

Fifa retira transfer ban, e São Paulo já pode registrar reforços

A Fifa retirou o São Paulo da lista de clubes impedidos de registrar jogadores, encerrando o transfer ban relacionado a uma dívida com um dos empresários de Giuliano Galoppo. O débito, de US$ 300 mil (cerca de R$ 1,5 milhão), era referente à intermediação da contratação do meia argentino, que defendeu o Tricolor entre 2022 e 2025. O clube havia quitado o valor e aguardava o reconhecimento formal da entidade para voltar a inscrever atletas. Com a atualização no sistema da Fifa, a equipe fica liberada para registrar reforços nas próximas janelas. A punição impedia o registro de novos jogadores e previa a possibilidade de perda de até seis pontos no Brasileiro caso a pendência não fosse resolvida dentro do prazo. Pelo São Paulo, Galoppo disputou 60 partidas e marcou dez gols. Atualmente, o meia defende o Atlanta United, dos Estados Unidos.

Pai de Neymar assume cargo de CEO no Santos

Neymar da Silva Santos, pai do atacante Neymar, pediu a suspensão temporária de seu registro como agente de futebol na Fifa e na Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A solicitação permite que ele exerça a função executiva no Santos sem acumular atividades incompatíveis pelas regras das entidades. Anunciado como CEO em 6 de novembro, o empresário terá vínculo até dezembro. Nesse período, ficará impedido de representar jogadores e assinar documentos como agente. Segundo o clube, o pedido foi voluntário por meio de advogado.

MATHEUS BELO/SANTOS FC



Empresário pediu suspensão de registro como agente de futebol

Paulínia receberá jogos da Copinha de 2027

Paulínia foi confirmada como sede da 57ª Copa São Paulo de Futebol Júnior, prevista para janeiro de 2027. Os jogos na cidade serão disputados no Estádio Municipal Luís Perissinotto. O município também terá um representante: o Sporting Club Paulinense, que garantiu vaga após conquistar o Campeonato Paulista Sub-20 da Série B de 2025. Será a primeira participação do clube na Copinha. A tabela com os adversários e os horários das partidas ainda será divulgada pela organização. O torneio é uma das principais competições de base.

Mogi enfrenta São José pela rodada do NBB

O Mogi Basquete visita o São José na segunda-feira (16), às 19h30, no Ginásio Lineu de Moura, pela sexta rodada do Novo Basquete Brasil (NBB). A equipe mogiana chega embalada por cinco vitórias consecutivas e ocupa a segunda colocação, com seis triunfos em sete partidas. O São José, por sua vez, soma duas vitórias e quatro derrotas e tenta se recuperar na competição diante da torcida. A partida abre a rodada.

Torneio Open Prime I

A Prefeitura de Americana promove, entre 27 e 29 de novembro, a primeira edição do Torneio Open Prime de Tênis. As partidas serão disputadas no Centro Municipal de Tênis Mário Bartolomeu Coronelli, com jogos individuais e em duplas. A iniciativa integra o calendário esportivo da cidade e terá três dias de programação.

Torneio Open Prime II

A competição terá categorias feminina, infantil, iniciante, intermediária e avançada, contemplando jogadores de diferentes níveis técnicos. A divisão busca organizar os confrontos de acordo com a experiência dos participantes, permitindo a presença de atletas que estão começando e de competidores mais experientes.

Torneio Open Prime III

Um dos destaques do torneio será a premiação em dinheiro destinada à categoria avançada. As inscrições podem ser realizadas até 24 de novembro, conforme as orientações da organização. A disputa será concentrada em três dias, no espaço municipal dedicado à prática do tênis em Americana, nas quadras municipais.

Janerão 2027 I

Paulínia abriu as inscrições para o Campeonato Municipal de Futsal – Janerão 2027. As equipes interessadas podem fazer o cadastro até 30 de novembro, às 17h, por meio de formulário disponível no site oficial da Prefeitura. A competição está prevista para janeiro, mas as datas das partidas ainda serão definidas.

Janerão 2027 II

O torneio municipal terá categorias masculinas e femininas, com disputas desde a base até o adulto e as divisões para veteranos. Estão previstas as categorias Sub-9, Sub-11, Sub-13, Sub-15, Sub-15 Feminino, Sub-17 e Sub-20, além da 1ª, 2ª e 3ª divisões, Adulto Feminino, Veterano, Veteraníssimo, Master e HiperMaster.

Janerão 2027 III

Para confirmar a participação, cada equipe deverá cadastrar pelo menos oito atletas e dois dirigentes, com limite de 15 jogadores por elenco. Nas categorias de base, os participantes precisam ter vínculo com Paulínia. O calendário dos jogos será divulgado durante o Congresso Técnico, após o fim das inscrições.

DIVULGAÇÃO



A partida terá transmissão do SporTV 2, conforme a tabela da CBV

Vôlei Renata encara o Goiás fora de casa pela Superliga

Campineiros chegam ao duelo após vencerem as três partidas do torneio

Da **Redação**

O Vôlei Renata enfrenta o Saneago Goiás nesta segunda-feira (16), às 18h30, no Ginásio Rio Vermelho, em Goiânia, pela quarta rodada da Superliga Masculina 2026/27. A equipe campineira vai a Goiânia para encarar um adversário que ainda busca os primeiros pontos no torneio. A partida terá transmissão do SporTV 2, conforme a tabela da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV).

Nas três primeiras rodadas, o time de Campinas venceu todos os compromissos. A estreia ocorreu em 26 de outubro, diante do Norde Vôlei, em Fortaleza. Na ocasião, o Renata ganhou por 3 sets a 0, com parciais de 25/18, 25/20 e 25/21.

Na segunda partida, no dia 3 de novembro, os campineiros enfrentaram o Viapol Vôlei São José, fora de casa, e precisaram reagir depois de perder os dois primeiros sets. A equipe venceu os três seguintes e fechou o confronto em 3 a 2, com parciais de 23/25, 23/25, 25/21, 25/17 e 15/8.

O terceiro resultado veio em 9 de novembro, no primeiro jogo do Vôlei Renata no Ginásio do Taquaral. Diante do Sesi Bauru, a equipe venceu por 3 a 0, com parciais de 26/24, 25/21 e 25/22. Com o triunfo, o time manteve a invencibilidade nas três primeiras rodadas.

Do outro lado, o Goiás chega ao confronto após três derrotas consecutivas. A equipe goiana perdeu para o Suzano por 3 a 1 na estreia, foi superada pelo Itambé Minas por 3 a 0 na segunda rodada e voltou a perder por 3 a 0 diante do Praia Clube, em 11 de novembro. No duelo mais recente, as parciais foram 15/25, 25/27 e 17/25. Antes dos jogos desta sexta-feira (13), o Goiás aparecia na última posição, sem pontos conquistados.

Antes da partida contra o Sada Cruzeiro, marcada para esta sexta-feira (13), o Vôlei Renata somava oito pontos e ocupava a segunda colocação, atrás do time mineiro. A equipe havia conquistado duas vitórias por 3 a 0 e uma no tie-break, resultado que rendeu dois pontos.

Depois de visitar o Goiás, o Vôlei Renata volta ao Ginásio do Taquaral na sexta-feira (20), às 18h30, quando recebe o Azulim/Sicoob/Monte Carmelo, pela quinta rodada. O calendário do primeiro turno prevê ainda compromissos contra Montes Claros, Guarulhos e Suzano.

CORREIO NO MUNDO

DISCOA340 VIA WIKIMEDIA COMMONS



Dezenas de milhares de passageiros continuam retidos em aeroportos

Troca de cabos causou suspensão que afetou voos nos EUA

Mais de 28 mil voos foram afetados na sexta-feira (13) e neste sábado (14) nos Estados Unidos após a suspensão das decolagens provocada por uma falha nos sistemas de comunicação da aviação, informou a Administração Federal de Aviação (FAA, na sigla em inglês).

A FAA determinou na sexta-feira a suspensão nacional das decolagens, o que interrompeu quase todos os voos que partiam de aeroportos do país por quase cinco horas. A falha levou as companhias aéreas a cancelar aproximadamente 9.200 voos e atrasar 7.500 apenas na sexta.

Neste sábado, até 18h15, as companhias aéreas haviam cancelado mais 5.300 voos nos EUA e atrasado quase 6.300, de acordo com o FlightAware, site de informações sobre aviação. Pela dimensão do problema, só perde para o que ocorreu nos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Chefe da FAA pede desculpas pela interrupção

O chefe da FAA, Bryan Bedford, disse esperar que as operações das companhias aéreas retornem à normalidade até o final do domingo (15). Ele também pediu desculpas pela interrupção, acrescentando que o sistema permanece estável. O secretário de Transportes dos Estados Unidos, Sean Duffy, afirmou neste sábado que a empresa terceirizada L3Harris, contratada pela FAA, trabalhava em uma região remota para substituir cabos de cobre por fibra óptica quando ocorreu o problema.

FEDERAL AVIATION ADMINISTRATION, PUBLIC DOMAIN, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Bryan Bedford tem uma grave crise para lidar na FAA

Investigação sobre possível erro humano

Segundo Duffy, as autoridades investigam se a falha foi provocada por erro humano durante a instalação dos equipamentos ou por um defeito no roteador utilizado pela empresa. "Estamos tentando determinar se houve incompetência, ou seja, se foi um erro do usuário ou da instalação feita pela L3Harris, ou se eles instalaram um roteador defeituoso. Ainda não identificamos a causa", afirmou. A hipótese que ganha mais força é a de uma falha em um único roteador instalado pela empresa. "Este era um sistema da FAA que não estava à altura do momento", disse.

Problema causou sobrecarga de dados

O problema provocou uma sobrecarga de dados em outros centros de comunicação. "Tivemos mais de mil tentativas de conexão a cada quatro ou cinco segundos. Isso gerou problemas na comunicação com as aeronaves e também causou algumas interrupções em nosso sistema de radar", disse. As companhias Delta Air Lines, United Airlines e American Airlines cancelaram, cada uma, cerca de 20% de seus voos no sábado.

Sem culpa de IA

Na JetBlue, o percentual chegou a 40%. Duffy afirmou que a falha não foi causada por ferramentas de inteligência artificial usadas para organizar os horários dos voos nem por ataques cibernéticos, hipóteses que foram levantadas.

A Agência de Segurança Nacional (NSA) participa em conjunto desta investigação.

Territórios pela Otan?

Negociadores americanos levantaram a chance da Ucrânia se retirar da região de Donbass em troca de uma eventual adesão à Otan, afirmou o presidente Volodimir Zelenski após rodada de negociações de paz com a Rússia, realizada em Abu Dhabi. Esta foi a primeira menção à possibilidade de vincular a entrada na aliança militar a concessões territoriais.

Conversa difícil

A fala foi feita por Zelenski a jornalistas neste sábado (14). "Os americanos levantaram uma questão: 'E se a Ucrânia entrar na Otan? A Ucrânia se retiraria de Donbass?", afirmou. "Por isso, acredito que a Otan voltou à pauta. Mas vocês também ouviram os sinais [do presidente russo, Vladimir] Putin, e esta é uma conversa extremamente difícil."

Putin discorda

Putin afirma há anos que a adesão da Ucrânia à Otan é inadmissível para Moscou. O líder russo cita a possibilidade do ingresso do vizinho na aliança como uma das justificativas para a invasão de 2022. Zelenski reiterou que Kiev não está disposta a ceder territórios, mas afirmou que há algumas condições para poder levantar possibilidades.

Condições de Zelenski

Zelenski disse que se recebesse um pacote abrangente de garantias de segurança, o direito de manter um Exército ucraniano forte e bem financiado e recursos para reconstrução, submeteria a questão a um referendo nacional. Ele rejeitou o pedido russo por acordo amplo sobre a arquitetura de segurança europeia seja negociado antes do entendimento sobre a guerra.

Fim da guerra é o foco

"Não podemos inverter tudo e começar falando sobre uma mudança na estrutura de segurança do mundo ou de todo o continente para só depois discutir o fim desta guerra. Esta guerra precisa acabar primeiro", afirmou o presidente ucraniano, que também rejeitou um pedido russo de trégua humanitária em Kostiantynivka.

REPRODUÇÃO/ONU YOUTUBE



Milei quer ampliar relações comerciais para 90% dos países até 2031

Milei confirma candidatura à reeleição em 2027

Argentino promete reduzir impostos em US$ 500 bilhões

Por **Folhapress**

O presidente da Argentina, Javier Milei, confirmou neste sábado (14) que disputará a reeleição em 2027 e prometeu aprofundar a abertura comercial do país e reduzir os impostos em US$ 500 bilhões (cerca de R$ 2,82 trilhões) até 2031, caso seja eleito para um segundo mandato.

As declarações foram feitas durante a inauguração de uma exposição sobre Manuel Belgrano, no Museu da Casa Rosada, em Buenos Aires, como parte da programação da Noite dos Museus.

"Para aqueles que duvidam que estou indo para a reeleição: sim, estou indo para a reeleição", afirmou o presidente, ao apresentar suas metas para os próximos anos. As eleições presidenciais argentinas estão marcadas para o dia 24 de outubro de 2027.

Milei prometeu ampliar as relações comerciais da Argentina para alcançar 90% dos países do mundo até 2031. Segundo ele, quando assumiu o governo, em dezembro de 2023, o país comercializava com cerca de 10% do planeta. Atualmente, esse percentual teria atingido 30% após a abertura de mais de 500 mercados, afirmou.

O presidente citou os acordos comerciais com a União Europeia, a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta, na sigla em inglês), Singapura e os Estados Unidos como exemplos dos avanços de sua política de abertura econômica. Também mencionou as negociações para uma eventual entrada argentina no bloco transpacífico.

A redução tributária foi apresentada como uma das principais promessas de um eventual segundo mandato. "Vamos continuar baixando impostos e, durante todo o período, se o cenário-base se confirmar, vamos devolver aos argentinos US$ 500 bilhões, ou seja, o equivalente ao que temos de dívida", afirmou.

O valor se refere à redução acumulada da carga tributária projetada pelo governo, e não a um pagamento direto aos contribuintes. Milei condicionou a promessa à manutenção de seu programa econômico e ao cumprimento das projeções oficiais para os próximos anos.

A promessa de Milei ocorre em um cenário de resultados econômicos contraditórios. Desde que assumiu a Presidência, em dezembro de 2023, o ultraliberal conseguiu reduzir a inflação, que havia chegado a 211,4% em 12 meses naquele ano, e reverter o déficit das contas públicas. Em 2024, a inflação anual caiu para 117,8% e, em 2025, para 31,5%.

O processo, porém, perdeu força em 2026. Depois de meses de desaceleração, os preços voltaram a acelerar e a inflação acumulada em 12 meses chegou a 33,1% em outubro, segundo o Indec, o instituto oficial de estatísticas argentino.

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

DIVULGAÇÃO



Chefe da pasta de Educação será anunciado nesta segunda-feira

Douglas Ruas anuncia Educação e avança na montagem do governo

A agenda de anúncios do governador eleito Douglas Ruas (PL) avança nesta segunda-feira (16), quando será apresentado o nome que comandará a Secretaria de Estado de Educação em seu governo. A divulgação está marcada para as 15h, na sede da Firjan, na Avenida Graça Aranha, no Centro do Rio. O movimento dá sequência à montagem do primeiro escalão e ocorre depois de Ruas revelar, na última sexta-feira, os integrantes da futura cúpula da Segurança Pública. Na ocasião, confirmou a a pasta da Secretaria de Segurança, com as polícias Civil e Militar subordinadas a uma mesma estrutura. A escolha para a Educação é mais um passo na organização da gestão que começa em 2027. O anúncio é mais uma etapa da composição do secretariado e ocorre em meio à expectativa sobre os próximos nomes que integrarão a equipe do governador eleito.

Segurança terá comando integrado

A futura Secretaria de Segurança Pública será chefiada pelo delegado Lauro César Lethier Rangel. Douglas Ruas também anunciou Robson da Costa Ferreira da Silva para a chefia da Polícia Civil e o coronel Gilbert dos Santos para o comando-geral da Polícia Militar. A estrutura reunirá as duas corporações sob uma mesma pasta, modelo defendido por Ruas durante a campanha. Os nomes definem a equipe responsável pela área.

MONTAGEM / DIVULGAÇÃO



Cúpula da Segurança Pública do RJ para o Governo Ruas: Coronel Gilbert dos Santos será comandante-geral da PM; Lauro Rangel será secretário de Segurança; e Robson da Silva o chefe da Polícia Civil

Turismo e Cultura unidos

A possibilidade de reunir Turismo e Cultura em uma única secretaria de estado no governo Douglas Ruas já havia sido antecipada pela Coluna Magnavita. Em sua coluna de 13 de novembro, o Correio da Manhã apontou que a fusão integra o plano de enxugamento administrativo e citou experiências de outros estados, como Minas Gerais. A proposta aproxima políticas culturais e promoção turística, áreas que dialogam na economia fluminense, sobretudo na agenda de eventos e patrimônio.

Transição em ritmo acelerado

A expectativa pelos próximos anúncios do governador eleito Douglas Ruas cresce à medida que a transição avança. Poucos dias após a eleição, o futuro chefe do Executivo já começa a revelar nomes para pastas estratégicas, como Segurança Pública e Educação. A antecipação das escolhas movimenta os bastidores políticos e permite conhecer gradualmente o desenho da nova administração.

Sessão Especial

O Senado realiza nesta segunda (16), às 10h, sessão especial em homenagem ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. A iniciativa, requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), também marcará a abertura da campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência e do Racismo contra as Mulheres.

Maior presença

O Senado terá, em 2026, o maior percentual de parlamentares negros eleitos desde 2014. Dos 54 candidatos escolhidos para a Casa, 16 se declararam pretos ou pardos, o equivalente a 29,6%. O levantamento do TSE aponta avanço em relação a 2018, quando os negros representaram 26% dos eleitos, e a 2022, com 22%. O dado é histórico.

Abaixo da proporção

Apesar do recorde, a presença negra no Senado ainda está abaixo da proporção da população brasileira. Pretos e pardos representam 56% dos habitantes, segundo o Censo 2022, mas corresponderam a 29,6% dos eleitos em 2026. Entre os concorrentes ao Senado, eram 36,3% dos 319 candidatos, conforme dados do TSE.

Ativismo nacional

A programação dos 21 Dias de Ativismo no Congresso começa em 20 de novembro e segue até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Com o tema "Combatendo violência e desigualdade para transformar realidades", a campanha prevê seminários, audiências e atividades com representantes do poder público e da sociedade civil.

Cenário eleitoral

A representatividade negra também apresenta diferenças entre os cargos disputados em 2026. Na Câmara, foram eleitos 135 parlamentares pretos e pardos, 26,3% das vagas, mesmo percentual de 2022. Já nas assembleias legislativas, a participação caiu de 35% para 31,2%, segundo levantamento do TSE. Os números mostram avanços e desigualdades.

Governadores

Entre os 27 governadores eleitos em 2026, nenhum se declarou preto e seis se identificaram como pardos, grupo que integra a população negra. O percentual, de 22,2%, representa recuo em relação a 2022, quando nove governadores pardos foram eleitos, correspondendo a 33,3% do total. O resultado evidencia a baixa presença negra no Executivo.

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



Alexandre de Moraes mantém boas relações com presidente do Senado

Com Alcolumbre, ministros do STF não devem sofrer impeachment

Derrota de Flávio esvaziou poder do PL para impor ação contra STF no Senado

Por **Gabriela Gallo**

Em 1º de fevereiro ocorrerão as eleições para a presidência do Senado e da Câmara dos Deputados. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já aparenta ter votos suficientes para ser reeleito. Não é o caso do candidato à reeleição no Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que deve disputar contra Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS), emborta ele ainda seja considerado favorito.

A Federação União Progressista (União Brasil e PP), maior bloco do centrão, declarou apoio à sua continuação. Articulações de bastidores apontam que Alcolumbre tem diálogos avançados com parlamentares de MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PT.

Processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) eram prioridade na maior bancada do Senado, o Partido Liberal (PL), que terá 29 dos 81 senadores na Casa, mas o jogo de forças mudou.

"A derrota de Flávio mudou de uma maneira muito clara as prioridades do PL, que quer seguir com o poder conquistado para a Câmara e para o Senado. Talvez agora o partido não queira se desgastar tanto com ministros do Supremo dando continuidade ao tensionamento institucional que sempre houve no bojo do bolsonarismo", disse ao Correio da Manhã o cientista político e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie Rodrigo Prando.

Ele considera que a partir do ano que vem a tese de impeachment começa a perder força, a depender da dinâmica do governo Lula. "Não me parece que Davi Alcolumbre queira assumir essa função", destacou. O presidente do Senado tem ligações estreitas com Alexandre de Moraes e outros ministros. Além disso, o Senado nunca realizou um impeachment no STF. Para ser submetido a processo, o ministro precisa ter cometido crime de responsabilidade.

Apesar de ser citado nos relatórios da Polícia Federal (PF) por supostas relações com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro do escândalo do Banco Master, Moraes (e os demais ministros do Supremo indicados no processo) ainda estão sendo investigados. Não há nada comprovado e não há nos partidos do centrão a mesma disposição pelo impeachment que havia no PL, o que faz prever o esfriamento do assunto se Alcolumbre for eleito.

Centrão aguarda volta de Lula do exterior para destravar negociações sobre ministérios

Caciques esperam o presidente para discutir ministérios e condições de apoio ao quarto mandato

Por **Beatriz Matos**

REPRODUÇÃO REDE SOCIAL



Hugo Motta, Davi Alcolumbre, líder do PT, Pedro Uczay, e ministro José Guimarães comemoram ajuste com o governo

Uma foto divulgada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), nas redes sociais na sexta-feira (13), sinaliza o momento da relação entre o Palácio do Planalto e a cúpula do Congresso Nacional. Ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), do ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, e do líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), Motta demonstrou disposição para avançar com o pacote de ajuste fiscal do governo. Mas deixou em aberto uma nova rodada de conversas: "Acertamos também que, assim que o presidente Lula voltar de viagem, trataremos de outras agendas".

A expectativa pelo retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Brasil, entre esta segunda-feira (16) e terça-feira (17), mobiliza dirigentes partidários que negociam espaço no próximo governo. Enquanto o Executivo acumula vitórias no Legislativo e busca aprovar medidas consideradas fundamentais para o início do quarto mandato, integrantes do centrão reivindicam uma participação mais robusta na Esplanada dos Ministérios.

O movimento ocorre em meio à cobrança do Palácio do Planalto por maior fidelidade dos partidos de centro nas votações. Dispostos a integrar a próxima gestão do presidente Lula, os partidos defendem que o compromisso com a agenda governista seja acompanhado de uma redistribuição dos espaços de poder. Na avaliação de presidentes partidários, o espaço que algumas siglas ocupam no governo é menor do que o peso que têm no Congresso.

Lula encerra nesta segunda-feira sua agenda internacional na Espanha, onde tem encontro previsto com o primeiro-ministro Pedro Sánchez. No retorno, deve receber do presidente nacional do PT, Edinho Silva, um balanço das conversas conduzidas nas últimas semanas com dirigentes partidários. A partir daí, a expectativa é que o próprio presidente assuma a etapa decisiva das tratativas, discutindo nomes, ministérios e as condições para a formação da base aliada.

Entre os interlocutores com os quais Lula pretende conversar estão os presidentes nacionais do PSD, Gilberto Kassab, e do Republicanos, Marcos Pereira. As legendas já apresentaram suas demandas à direção petista, mas aguardam uma definição diretamente do chefe do Executivo sobre o espaço que poderão ocupar.

A construção de uma maioria foi defendida por Edinho Silva na sexta-feira, após a primeira reunião do Diretório Nacional do PT desde as eleições. O dirigente confirmou que as negociações ministeriais estão em andamento e ressaltou que a composição do governo deverá envolver compromissos com as prioridades defendidas por Lula durante a campanha.

"Estamos conversando com os partidos para definir os ministérios. Uma agenda de Brasil. Não é só compor governo", afirmou. "Se nós conseguirmos compor com os partidos que nos deem sustentação, é evidente que fica mais tranquilo."

MINISTÉRIOS DE PESO

Entre as siglas que buscam ampliar a participação no governo estão PP e Republicanos. Apesar de terem apoiado a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno das eleições, os dois partidos mantêm interlocução com o Planalto e trabalham para integrar a próxima gestão.

O Republicanos aposta na posição de Hugo Motta, que busca a reeleição para a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro, como um dos principais argumentos para ampliar sua representação no Executivo. A legenda reivindica uma segunda pasta e pretende ocupar espaços com maior capacidade de execução de políticas públicas.

O PP, por sua vez, considera insuficiente a participação representada pelo Ministério do Esporte e busca uma estrutura com maior orçamento e influência política. Entre as áreas que despertam interesse das legendas estão Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, justamente algumas das pastas mais estratégicas para o projeto político do PT.

A disputa esbarra na resistência dos petistas em abrir mão de ministérios responsáveis por programas associados diretamente à imagem de Lula. No Desenvolvimento Social, por exemplo, está concentrada a gestão do Bolsa Família, uma das principais vitrines do governo.

O PSD trabalha para preservar sua participação na Agricultura e ampliar a presença em setores de infraestrutura. Kassab tem como argumento nas negociações a neutralidade adotada pelo partido no segundo turno, quando a direção nacional liberou os diretórios estaduais para definir seus posicionamentos.

O MDB também pretende preservar sua representação no primeiro escalão, enquanto o União Brasil negocia sua participação no novo mandato em meio às articulações pela permanência de Davi Alcolumbre no comando do Senado Federal.

FIDELIDADE

O principal entrave nas conversas é a dificuldade de os dirigentes assegurarem que suas bancadas acompanharão integralmente as orientações do Executivo na Câmara e no Senado. Partidos como PSD, MDB, União Brasil e PP reúnem parlamentares de diferentes perfis ideológicos, incluindo nomes alinhados à oposição.

As lideranças defendem que o Planalto considere essas divergências na negociação. A adesão de uma legenda ao governo, não significa que todos os seus integrantes votarão de maneira uniforme em temas econômicos, sociais ou de segurança pública.

A posição contrasta com o modelo de governabilidade defendido pelo ministro José Guimarães, que já manifestou preferência por uma base menor, desde que coesa e comprometida com as políticas do Executivo. O objetivo do governo é evitar a repetição de situações do atual mandato, em que partidos contemplados com ministérios não necessariamente acompanharam as orientações governistas em votações importantes.

O comportamento dos senadores na última semana mostra esse desafio. O projeto de ajuste fiscal teve sua urgência aprovada por uma margem de apenas dois votos, mas recebeu o apoio de 45 parlamentares na votação do texto-base. O avanço da proposta, relatada por Eduardo Braga (MDB-AM), ocorreu após mudanças que incorporaram demandas de senadores governistas e da oposição.

Ainda restam quatro destaques, previstos para serem analisados nesta terça-feira, antes do envio do projeto à Câmara. Hugo Motta já sinalizou que dará prioridade à medida, mas pretende discutir o calendário na reunião com os líderes das bancadas.

Outra demonstração da capacidade de articulação do governo ocorreu no início do mês, com a aprovação da PEC da Segurança Pública. A proposta do Executivo recebeu 75 votos favoráveis e nenhum contrário no segundo turno no Senado, após a decisão de separar do texto as emendas sobre redução da maioridade penal.

COMANDO DO CONGRESSO

A distribuição dos ministérios também ocorre em paralelo às negociações pelas presidências da Câmara e do Senado. A permanência de Motta e Alcolumbre na base governista e no comando das duas Casas é vista como estratégica pelo Planalto, que terá de lidar com uma oposição fortalecida na próxima legislatura.

Um dia após a vitória eleitoral, Lula recebeu os dois presidentes no Palácio da Alvorada e sinalizou apoio às suas reeleições. Desde então, o diálogo entre os três passou a integrar a construção das alianças para 2027.

A situação de Alcolumbre, é mais delicada. O PL oficializou a candidatura do senador Rogério Marinho (RN) à presidência do Senado, e a senadora Tereza Cristina (PP-MS) também articula sua entrada na disputa. O cenário amplia a importância do apoio do governo ao atual presidente da Casa e coloca as negociações ministeriais no mesmo radar das eleições internas do Legislativo.

Lula pretende concluir as tratativas para a formação da nova equipe antes do fim do ano. Até lá, precisará conciliar as reivindicações dos partidos de centro, os interesses do próprio PT e os compromissos assumidos com aliados durante a campanha.

O apoio conquistado nas primeiras votações após as eleições será um dos parâmetros dessa negociação. O desafio do Planalto será transformar as maiorias construídas em uma base capaz de sustentar os próximos quatro anos de governo.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Cármen Lúcia diz que Bolsonaro violou liberdade de imprensa ao bloquear 65 jornalistas

A ministra Cármen Lúcia (STF) afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro violou a liberdade de imprensa ao bloquear 65 jornalistas em sua conta no antigo Twitter, atual X, durante o mandato presidencial. Em decisão assinada nesta quinta-feira (12), a magistrada reconheceu que a conduta contrariava garantias constitucionais, mas encerrou a ação porque Bolsonaro deixou a Presidência da República.

O processo foi apresentado em julho de 2021 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que identificou o bloqueio de 65 profissionais desde 2018, dos quais 13 apenas em 2021. A entidade argumentou que Bolsonaro utilizava a rede social para divulgar atos de governo e, por isso, não poderia restringir o acesso de jornalistas às publicações.

Na decisão, Cármen Lúcia afirmou que o uso de uma conta pessoal por uma autoridade pública para divulgar informações governamentais não afasta as obrigações constitucionais relacionadas à transparência e ao acesso à informação.

FÁBIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



O ex-presidente Jair Bolsonaro bloqueou 65 jornalistas na plataforma X, o antigo Twitter

"O ato de bloquear jornalistas por perfil em rede social pelo Presidente da República em exercício ofende a garantia constitucional à liberdade de imprensa e ao direito de informar e ser informado", escreveu a ministra.

Cármen Lúcia também criticou a possibilidade de governantes selecionarem quem pode acompanhar suas manifestações públicas com base em preferências políticas.

"Por gosto ou desgosto ideológico ou político, não se afasta do debate público o cidadão", afirmou.

Apesar desse entendimento, a ministra considerou que a ação perdeu seu objeto porque Bolsonaro não ocupa mais a Presidência desde janeiro de 2023. Segundo ela, a conta utilizada para os bloqueios era pessoal e deixou de estar vinculada ao exercício do cargo.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) havia defendido que as publicações feitas na conta pessoal de Bolsonaro não constituíam atos administrativos e, portanto, não poderiam ser questionadas por meio de mandado de segurança.

Ao encerrar o processo, Cármen Lúcia não determinou o desbloqueio dos jornalistas. A ministra ordenou a certificação do trânsito em julgado e a baixa dos autos, encerrando a tramitação da ação apresentada pela Abraji.

CELESTE LEITE DOS SANTOS

Promotora de Justiça em último grau do Colégio Recursal do Ministério Público de São Paulo

Os desafios do Judiciário na paridade entre homens e mulheres nos postos de comando

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 94, reserva um quinto das vagas em determinados tribunais do País a membros do Ministério Público (MP) e a advogados. Conhecida como Quinto Constitucional, a regra exige dos candidatos notável saber jurídico e reputação ilibada. Tal mecanismo, porém, tem operado como instrumento de reprodução das desigualdades e de exclusão das mulheres dos espaços de cúpula do Poder Judiciário.

Explico melhor: as listas sêxtuplas e tríplices destinadas ao preenchimento destas vagas elaboradas a partir das indicações do próprio MP e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) permanecem predominantemente masculinas. O resultado é a sub-representação feminina nos órgãos da Justiça. Em diversos tribunais, ao longo de décadas de nomeações sob a égide do artigo 94, sequer uma mulher foi contemplada.

A alternância de gênero nas indicações não pode ser vista como um favor, uma gentileza, mas, sim, como decorrência do princípio da igualdade material, consagrado na Carta Magna — especialmente nos artigos 5º, inciso I, e 37º — e em compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, ao longo de sua história.

Neste sentido, a resolução 525/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece que, nos tribunais em que as mulheres representem menos de 40% dos desembargadores, as promoções por merecimento devem alternar entre listas mistas e relações exclusivas de mulheres, até que se alcance a faixa de 40% a 60% de representação de cada gênero.

Já em vigor, a norma produz efeitos concretos, tanto que o próprio CNJ suspendeu promoções em desacordo com suas disposições. Ocorre que esta regra não alcança o 5º Constitucional - lacuna evidenciada pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1.338, pendente de apreciação no Supremo Tribunal Federal (STF), bem como por pedidos recentes apresentados ao CNJ para estender a alternância às vagas destinadas à Advocacia, ao MP e à Justiça Eleitoral.

Penso que a Resolução do CNJ poderia avançar em três direções: 1) estender expressamente o mecanismo às listas tríplices e sêxtuplas, em articulação com a OAB e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); 2) exigir transparência e publicidade dos dados relativos a candidaturas, habilitações e nomeações, com recorte de gênero; e 3) estabelecer mecanismos de monitoramento e de revisão periódica das metas.

O Conselho Federal da OAB, que já discute a atualização do provimento 102/2004, dispõe de instrumento próprio para instituir a alternância na formação das listas sêxtuplas. A experiência da Ordem dos Advogados da Bahia, que adotou critérios de paridade de gênero e de equidade racial na composição da lista sêxtupla destinada ao Tribunal de Justiça (TJ) baiano, demonstra que tal prática é, sim, viável.

Aplicar os princípios da resolução 525/2023 às listas do 5º Constitucional não significa invadir competências das entidades envolvidas - é conferir coerência à interpretação do princípio da Carta Magna quanto à igualdade e ao que já é adotado pelo próprio CNJ. Trata-se, portanto, de evitar que o mesmo Sistema de Justiça aplique critérios distintos a carreiras que, embora diferentes, estão submetidas à mesma disciplina constitucional do artigo 94.

Cabe destacar, em meio a este cenário, iniciativa exemplar do Superior Tribunal Militar (STM). Sob a liderança de Maria Elizabeth Rocha, ministra-presidente; de Amini Haddad Campos, juíza auxiliar da Presidência; e de Mariana Borges Ferrer Ferreira, assessora da Presidência; entre outras notáveis, o Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União (JMU) instituiu Comissão Interinstitucional destinada à elaboração da Carta de Referência do Pacto Nacional pela Paridade.

A iniciativa reúne grupos de trabalho dedicados à construção de indicadores, ao desenho institucional e ao enfrentamento do lawfare de gênero - uso abusivo de instrumentos jurídicos para afastar mulheres de espaços de poder.

Assinada em 20 de agosto de 2026, durante evento que marcou os cinco anos da Lei Mariana Ferrer (14.245), a Carta pela Paridade transforma a igualdade em compromisso institucional e política de Estado.

Cabe, agora, ao MP e à Advocacia darem o próximo passo: adotar a alternância na composição de suas listas, conferir transparência aos critérios e aos dados, e reconhecer a equivalência não como ameaça ao mérito, mas, sim, como condição digna, moderna e com ressonância ao que já acontece felizmente em outras partes do mundo.

O legado do STM aponta o caminho: quando a igualdade se institucionaliza, deixa esta de depender da boa vontade de quem compõe cada lista e passa a constituir padrão de atuação do próprio Sistema de Justiça.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

PINGA-FOGO

■ **A REINVENÇÃO DO ALCAIDE CAVALIERE DE OLHO NA REELEIÇÃO EM 2027 PASSA PELO PROTAGONISMO NO RÉVEILLON E CARNAVAL - Já começou o processo de reinvenção da imagem do prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, de olho no processo de reeleição em 2028, já que ele tinha como um dos pilares a vitória de Eduardo Paes ao governo do estado. A ideia é uma aproximação maior do rapaz com o presidente Lula, afinal, diferente de Paes, o prefeito esteve em todos os eventos de campanha de reeleição.**

■ Sem o governo do Estado do Rio, o prefeito Cavaliere espera o apoio do Governo Federal para chegar competitivo à próxima eleição.

■ **RÉVEILLON DE CAVALIERE TERÁ JANJA E LULA, ALÉM DE CONVIDADOS INTERNACIONAIS - De olho na sua reeleição e com Eduardo Paes recolhido depois da derrota para governador, o primeiro passo da campanha de reeleição será o Réveillon 2026/2027. Não será como se imaginava, mas a ideia é a Riotur preparar um super evento ainda maior do que foi a última edição.**

■ Como a posse do novo mandato de Lula só ocorrerá no dia 05, a ideia é que Eduardo Cavaliere receba o casal Janja e Lula na virada do ano, além dos principais ministros que serão empossados.

■ **Nas entrevistas e coletivas, a ordem será colocar o próprio prefeito como protagonista da maior festa de virada de ano do planeta.**

■ A ideia da prefeitura é atrair para o Réveillon de Copacabana os convidados internacionais que virão ao Brasil para a posse de Lula. O espaço que a prefeitura ocupa no Copacabana Palace, com passarela direta para o palco, será ampliado e colocado à disposição do Itamaraty.

■ **A empresa SRCOM, de Abel Gomes e Paulo Cesar (PC) Ferreira, já está trabalhando no planejamento do super Réveillon.**

■ CAMAROTES DA PREFEITURA NA SAPUCAÍ VÃO AJUDAR NA PROJEÇÃO NACIONAL DE EDUARDO CAVALIERE - O trabalho de visibilidade de Eduardo Cavaliere já começou com a capa da última edição da Revista Lide, do grupo de João Doria, apresentando o alcaide carioca ao mercado empresarial em São Paulo. Nos próximos meses ele aceitará todos os convites para eventos empresariais em São Paulo e relacionamento com a mídia econômica.

■ **Outro ponto focal será o uso dos camarotes oficiais da Prefeitura no Carnaval. Será o primeiro Carnaval que terá Cavaliere como anfitrião e ele estará sozinho, já que o governador eleito Douglas Ruas já avisou que não terá o camarote do estado na Sapucaí em 2027.**

■ No camarote do Prefeito haverá a concentração dos convidados institucionais do poder Executivo federal, do Judiciário e Legislativo. O espaço será ampliado e incorpora o setor 7 e 9, além do camarote da Invest. Rio.

Autoridades do STF e do STJ e referência internacional na luta antirracista marcam encontro histórico no Rio

FOTOS ROSANE NAYLOR



Mesa de abertura; a juíza Adriana Cruz, o desembargador Theophilo Antônio Miguel Filho, diretor Centro Cultural Justiça Federal, o ministro STJ Marco Aurélio Bellizze, o presidente do STJ, ministro Luís Felipe Salomão, o presidente do TRF2 desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, o presidente do STF ministro Luiz Edson Fachin, o ministro Benedito Gonçalves, Corregedor Nacional da Justiça, o ministro do TST Antônio Fabrício de Matos, o desembargador Roque Lucarelli e a juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza



Aula magna do ministro Luiz Edson Fachin



Aula magna do presidente do STJ ministro Luís Felipe Salomão



O desembargador Marco Aurélio Bezerra de Mello, a juíza Eunice Haddad e o ministro Luís Felipe Salomão com os desembargadores Cláudio Brandão e Mauro Martins



O ministro Benedito Gonçalves, o desembargador Federal Theophilo Antônio Miguel Filho com os ministros Luiz Edson Fachin e Luís Felipe Salomão



O ministro Luiz Edson Fachin, presidente do STF com o ministro Benedito Gonçalves, Corregedor Nacional de Justiça



O ministro Luiz Edson Fachin com a juíza Adriana Cruz



Os ministros Luiz Edson Fachin e Luís Felipe Salomão



O Centro Cultural da Justiça Federal esteve lotado



O ministro Luis Felipe Salomão com as juízas Karen Luise Vilanova Batista de Souza, Adriana Cruz e Eunice Haddad com o desembargador Mauro Martins

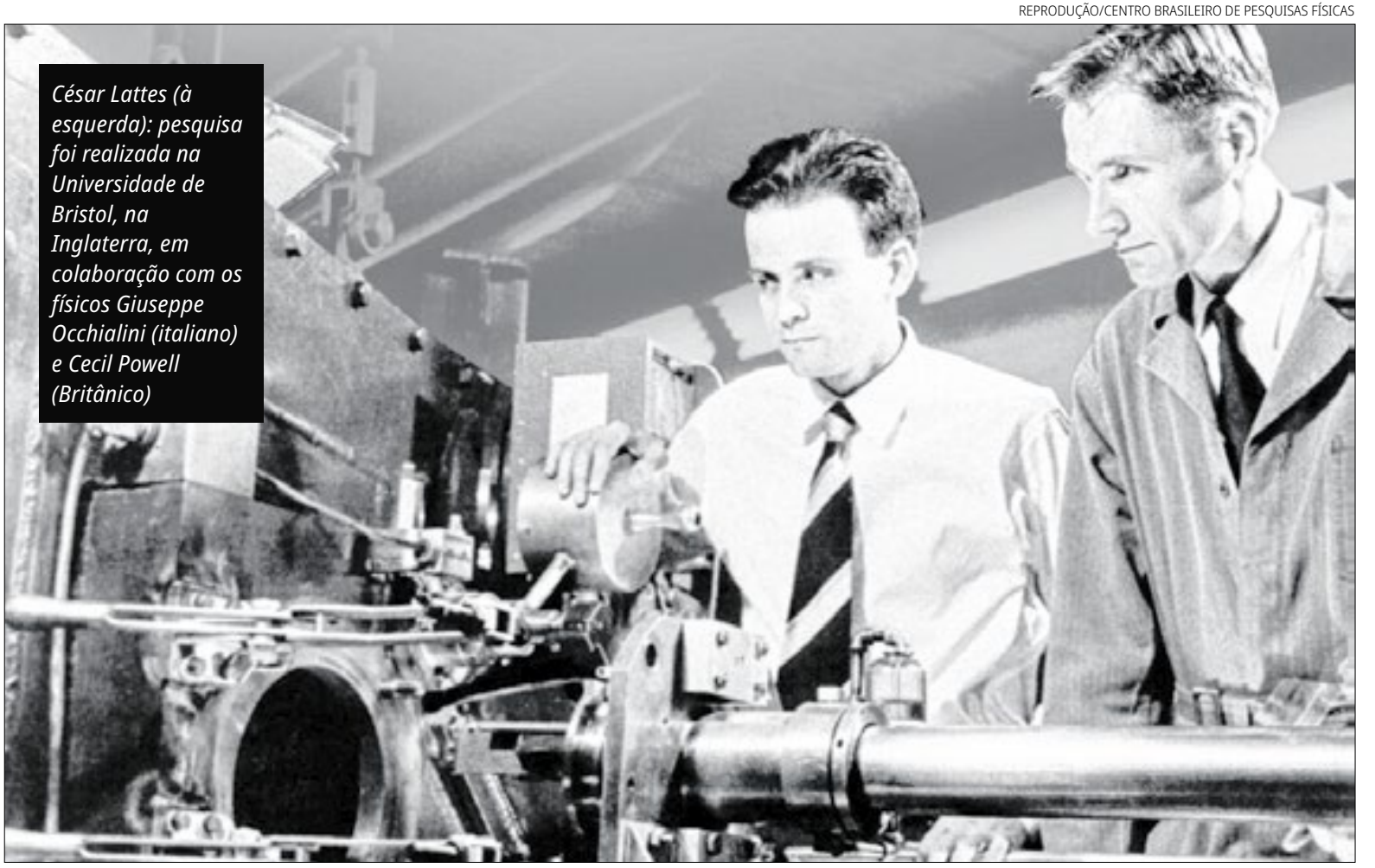
No mês da Consciência Negra, o Rio de Janeiro foi sede da 9ª edição do Encontro Nacional de Juízas e Juízes Negros (Enajun), reunindo magistrados e especialistas para debater e formular estratégias contra o racismo estrutural no sistema de Justiça, em uma programação com o tema "Avanços, Impactos e Desafios para a Próxima Década", encerrada na última sexta-feira 13/11.

Ao longo dos três dias, importantes nomes da comunidade jurídica e internacional e especialistas na área passaram pelo encontro, com a palestra de abertura da ativista norte-americana Fania E. Davis e as presenças do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, e do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Aurélio Bellizze, o corregedor Nacional de Justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves, e o Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Cláudio Brandão.

Ao final do Enajun, a juíza federal Adriana Cruz apresentou a Carta do Rio de Janeiro, com os principais pontos debatidos no encontro.

■ **IDENTIDADE PETISTA - O prefeito de Maricá e vice-presidente nacional do PT, Washington Quaquá, defendeu, durante reunião do Diretório Nacional petista, em Brasília, que 2027 seja dedicado a uma ampla discussão sobre a identidade do partido, sua relação com a população e seu papel na transformação social do país, deixando de lado disputas internas. "Muito menos para debater se eu gosto do Edinho ou se o Edinho gosta de mim, e a gente ficar em luta interna, e muito mais para debater quem é o PT, quem é o Brasil, quem somos nós", afirmou. Quaquá também cobrou uma aproximação com a base social da legenda, destacando que cerca de 90% dos brasileiros recebem até três salários mínimos. "Temos que voltar a ser reformistas e ser menos conservadores. Não somos um partido de classe média, que defende privilégios. Somos o partido do povo brasileiro", declarou.**

REPRODUÇÃO/CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS



César Lattes (à esquerda): pesquisa foi realizada na Universidade de Bristol, na Inglaterra, em colaboração com os físicos Giuseppe Occhialini (italiano) e Cecil Powell (Britânico)

CÉSAR LATTES: O físico mais indicado ao Nobel do Brasil

Reconhecido por sua genialidade e dedicação, pesquisador formou gerações de cientistas

Por **Ana Carolina Martins**

De chinelos pelos corredores, muitas vezes acompanhado de seu fiel cachorro, César Lattes ajudou a construir uma das mais importantes instituições de pesquisa do País. Essa cena cotidiana, descrita acima, pode até contrastar com a dimensão internacional de sua carreira científica, mas ela é fidedigna para pincelar sobre a personalidade deste grande ser humano, que não fazia questão de formalidades e honrarias, porém, sem esforço conquistava respeito e admiração pela inteligência, sagacidade e dedicação ao conhecimento, assim como pelo compromisso com a formação de novos pesquisadores.

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde trabalhou por quase duas décadas, Lattes deixou uma marca que ultrapassa as suas descobertas científicas, tornando-o uma figura que conquistou o seu reconhecimento como parte da história da instituição de ensino.

Nascido em Curitiba (PR), em 11 de julho de 1924, Cesare Mansueto Giulio Lattes formou-se em Física e Matemática pela Universidade de São Paulo (USP) em 1943. Ainda jovem, alcançou o reconhecimento internacional ao participar, em 1947, da descoberta experimental do méson pi, ou píon, partícula fundamental para a compreensão das interações entre partículas subatômicas.

Sua contribuição ao desenvolvimento científico do Brasil, entretanto, não se limitou aos laboratórios estrangeiros. Em 1949, participou da fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no Rio de Janeiro, e, em 1967, aceitou o convite para integrar a recém-criada Unicamp.

Convidado pelo fundador e primeiro reitor da universidade, Zeferino Vaz, Lattes aceitou participar da implantação de uma estrutura de pesquisa de alto nível. Os primeiros trabalhos do grupo ocorreram em instalações adaptadas do antigo Ginásio Industrial Bento Quirino, em Campinas, antes mesmo da consolidação do campus de Barão Geraldo.

Ali, em condições muito diversas das proporcionadas nos grandes centros internacionais de pesquisa, o cientista e seus colaboradores desenvolveram estudos de física de altas energias e de raios cósmicos.

A rotina incluía o processamento de centenas de chapas fotográficas por dia, cujas imagens possibilitavam o registro e a análise de partículas. A precariedade das instalações não diminuía em nada o entusiasmo e a ambição científica do grupo.

Lattes foi professor titular e teve papel decisivo na estruturação do Instituto de Física Gleb Wataghin (IFGW), estando ainda à frente do Departamento de Raios Cósmicos, Cronologia, Altas Energias e Léptons.

Em 1969, ele e sua equipe obtiveram resultados importantes na investigação das chamadas fireballs, fenômenos associados às interações de partículas em altíssimas energias. Contudo, a dimensão de sua presença na universidade é revelada com especial força nos relatos e testemunhos de quem conviveu diariamente com ele. Ex-alunos e colaboradores o descrevem como um mestre de conhecimento extraordinário, exigente e profundamente comprometido com a Ciência.

Entre os seus admiradores, o físico Edison Shibuya, que mantém vínculo com a Unicamp como professor aposentado e professor colaborador do Departamento de Raios Cósmicos e Cronologia (DRCC) do IFGW, conviveu muitos anos com Lattes.

REPRODUÇÃO/AGÊNCIA DO SENADO



Em homenagem a ele, o CNPq deu à plataforma que cadastra cientistas e pesquisadores o seu sobrenome: 'Plataforma Lattes'

Em 2005, após a morte de'mestre', Shibuya deu uma entrevista ao Jornal da Unicamp. "Quando eu vim para cá, não me sentia muito à vontade na presença do prof. Lattes, já na época uma personalidade mundial. (...) "Lembro-me, por exemplo, que em 1977, quando eu era o seu orientado na tese de doutoramento, ele me disse, durante a leitura de um texto: 'Olha, não vamos continuar essa discussão enquanto você não parar com esse negócio de me chamar de senhor e/ou professor'. Foi uma dificuldade razoável devido à minha ascendência. (...) Ele sabia disso e me cutucou (...)", relembrou na época.

O reconhecimento da expertise e trajetória de Lattes veio de instituições brasileiras e internacionais. Entre as distinções recebidas, o Prêmio Einstein, em 1950; o Prêmio Fonseca Costa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1958; o Prêmio Bernardo Houssay, da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1978; e a Medalha Santos Dumont, em 1989. Entre 1949 e 1954, Lattes foi indicado pelo menos sete vezes ao Nobel de Física.

Pela Unicamp, recebeu os títulos de Prof. Emérito e Doutor Honoris Causa, em 1986.

Um episódio pode ajudar a dimensionar o seu comprometimento com a formação de jovens cientistas. Ao receber o prêmio "Bernardo Houssay", destinou metade do valor aos estudantes que chegavam à Unicamp e enfrentavam dificuldades financeiras para permanecer na universidade. Essa decisão exemplifica a preocupação genuína que acompanhou: a Ciência precisa de talentos e de oportunidades.

Aposentado pela universidade em 1986, César Lattes permaneceu ligado à identidade da instituição até falecer vítima de uma parada cardíaca em Campinas, no dia 8 de março de 2005, aos 80 anos. Seu nome, entretanto, mantém-se vivo e presente na ciência brasileira. A Plataforma Lattes, referência nacional para o registro da produção acadêmica e científica, foi batizada em sua homenagem.

Mais do que uma sequência de prêmios e descobertas, a trajetória do físico na Unicamp revela a história de um cientista que ajudou a transformar um projeto universitário em um ambiente de pesquisa e formação de excelência.

SP prevê recorde de R$ 44,7 bilhões no orçamento de investimentos para 2027

Estado também registrou 322,5 mil empregos formais entre janeiro e setembro de 2026.

FOTO: GOVERNO DE SP



Entre os destaques dos investimentos previstos para 2027 está o sistema de transporte sobre trilhos, com dotações que somam cerca de R$ 14 bilhões

Da **Redação**

A proposta orçamentária do Governo de São Paulo para 2027 prevê R$ 44,7 bilhões em investimentos, maior volume da história do Estado. O montante representa o dobro do registrado em 2023, primeiro ano da atual gestão, quando os aportes somaram R$ 21 bilhões, e mais de quatro vezes o valor de 2019, de R$ 10,4 bilhões.

Segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento, a ampliação dos recursos está relacionada à revisão de benefícios tributários e à reorganização das contas estaduais. Entre 2015 e 2018, a média anual de investimentos foi de R$ 12,9 bilhões. No período de 2019 a 2022, subiu para R$ 18,9 bilhões. Já entre 2023 e 2026, considerando os valores realizados até 2025 e a previsão orçamentária de 2026, a média chega a R$ 26 bilhões.

Os investimentos realizados passaram de R$ 21 bilhões em 2023 para R$ 24,4 bilhões em 2024 e R$ 27,7 bilhões em 2025. A Lei Orçamentária Anual de 2026 prevê R$ 30,9 bilhões, enquanto a proposta para 2027 projeta R$ 44,7 bilhões.

A revisão dos benefícios fiscais foi apontada pela Sefaz-SP como um dos fatores que abriram espaço para ampliar os investimentos. Em 2023, havia 266 benefícios em vigor. Após a reavaliação, 85 foram extintos, 17 tiveram ajustes para reduzir a renúncia tributária e 164 foram mantidos. A participação dos benefícios na receita total do ICMS deve cair de 33,47% em 2023 para 30,28% em 2027. Segundo a Secretaria, a redução de pouco mais de três pontos percentuais equivale a quase R$ 10 bilhões por ano.

O secretário da Fazenda e Planejamento, Rogério Campos, afirmou que a revisão tributária contribui para ampliar os recursos destinados a obras e projetos estruturantes.

São Paulo registrou a criação de 322.551 empregos com carteira assinada entre janeiro e setembro de 2026, segundo dados da Fundação Seade, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego. O resultado corresponde a 26% das vagas abertas no país no período.

Em setembro, foram criados 19.391 postos formais no Estado. No acumulado de 12 meses, o saldo chegou a 142.078 vagas. No Brasil, foram 1,24 milhão de empregos entre janeiro e setembro e 787 mil em 12 meses.

Entre janeiro e setembro, os serviços lideraram a geração de empregos em São Paulo, com 230 mil novos postos, seguidos pela indústria, com 47 mil; construção, com 34 mil; e agricultura, com 15 mil. Em setembro, o Estado também registrou o maior salário médio de admissão do país, de R$ 2.737,28, acima da média nacional de R$ 2.429,41.

No acumulado de 12 meses, a expansão do emprego concentrou-se nos serviços, com 150 mil novos postos, na construção, com 6 mil, e no comércio, com 2 mil. Na distribuição regional, a capital paulista registrou saldo de 51.892 vagas, seguida pelos demais municípios da Região Metropolitana, com 48.242. Campinas teve 16.051 postos, Santos, 7.512, e Sorocaba, 6.893. Em conjunto, essas áreas responderam por 92% das vagas criadas no Estado no período.

Em setembro, capital e municípios metropolitanos concentraram 12,7 mil novas vagas formais no Estado no mês analisado.

SP destina R$ 2,3 milhões para ordem de municípios

Da **Redação**

A Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo vai repassar cerca de R$ 2,3 milhões do Fundo Estadual de Assistência Social a nove municípios para cofinanciar serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A medida foi aprovada pelo Conselho Estadual de Assistência Social e integra a reorganização dos recursos prevista na Resolução Seds nº 37.

A redistribuição considera a desistência de seis municípios da oferta de serviços regionais, que devolverão R$ 1,71 milhão ao Estado: Presidente Bernardes, Bofete, Porangaba, Torre de Pedra, Pederneiras e Ourinhos.

Com a atualização, os recursos serão destinados a diferentes modalidades de acolhimento, como Instituições de Longa Permanência para Idosos, Residências Inclusivas e serviços para mulheres em situação de violência. Os repasses contemplam municípios vinculados a cinco Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social.

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO



A reorganização considera a desistência de seis municípios

Na região da Alta Sorocabana, Presidente Prudente receberá R$ 139,7 mil para complementar o cofinanciamento de ILPI regional. Botucatu contará com R$ 1,11 milhão para uma instituição municipal. Em Dois Córregos, na região de Bauru, serão destinados R$ 288,6 mil ao serviço de acolhimento para mulheres em situação de violência.

Na região de Avaré, Bernardino de Campos, Ipaussu e São Pedro do Turvo receberão R$ 42.059,25 cada, para o cofinanciamento de uma Residência Inclusiva regional. Já na região de Itapeva, Capão Bonito terá R$ 259 mil e Itararé, R$ 323.637, para Residências Inclusivas municipais.

Segundo a SEDS, os valores correspondem à estimativa de implantação e custeio dos serviços durante 12 meses. A reorganização distribui o cofinanciamento conforme a regionalização e a responsabilidade de cada município pela oferta dos atendimentos.

Prefeito de São Bernardo enfrenta ação do MP-SP

Promotoria atribui repasses milionários ligados a contratos municipais

ZECA RIBEIRO / CÂMARA DOS DEPUTADOS



Marcelo Lima foi deputado federal mas perdeu o mandato por infidelidade partidária

Da **Redação**

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) ajuizou uma ação de improbidade administrativa contra o prefeito de São Bernardo do Campo, Marcelo Lima (Podemos), e outras nove pessoas no Grande ABC. Os promotores atribuem ao prefeito o recebimento de R$ 15.971.340 e US$ 156.964 em vantagens indevidas ligadas a contratos públicos. Lima já negou participação nas irregularidades investigadas pela Operação Estafeta. Até a publicação das reportagens sobre a nova ação, ele não havia respondido aos questionamentos específicos sobre o processo.

A ação foi apresentada em 27 de outubro e tem como alvos também o presidente da Câmara Municipal, Danilo Lima (Podemos), e Paulo Iran Paulino Costa, ex-servidor da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Os promotores atribuem a Costa a tarefa de recolher, guardar e distribuir os valores. A defesa do ex-servidor informou que aguardava acesso aos autos para se manifestar. Entre os demais citados estão agentes públicos e empresários.

A Promotoria sustenta que parte dos pagamentos feitos pelo município a prestadores de serviços retornava ao núcleo na forma de propina. A apuração abrange contratos de áreas como saúde, coleta de lixo e terraplanagem. Na versão do MP, Marcelo Lima cobrava repasses em atraso e decidia como o dinheiro seria usado. Os promotores alegam que os recursos custearam despesas pessoais e familiares do prefeito, entre elas faturas de cartão e mensalidades da faculdade da filha.

Para embasar a ação, o MP aponta mensagens, arquivos e anotações sobre entradas e saídas de dinheiro recolhidos pela Polícia Federal. Os promotores afirmam que parte dos registros de controle financeiro foi produzida na sede da administração municipal. A acusação interpreta os apelidos e as referências indiretas nas conversas como uma tentativa de esconder a identidade dos envolvidos e a origem dos pagamentos.

A investigação teve origem em uma diligência da Polícia Federal em 7 de julho de 2025, em um condomínio de São Bernardo do Campo. Agentes que cumpriam uma ordem de prisão relacionada a outra pessoa abordaram Costa e localizaram cerca de R$ 12,8 milhões e US$ 156,9 mil em espécie. Essa apreensão foi um dos elementos usados para rastrear os repasses investigados. O valor em reais atribuído ao prefeito na ação é superior ao encontrado naquela diligência.

O Ministério Público pede a devolução dos valores que considera indevidos e o ressarcimento dos prejuízos ao município. Entre as sanções solicitadas estão multa civil, perda da função pública para quem ainda ocupa cargo e proibição de contratar com o poder público. A Promotoria também propôs dividir o processo em grupos de dois demandados para reduzir o risco de atrasos na tramitação.

A ação de improbidade é de natureza cível e tramita separadamente do caso criminal ligado à Operação Estafeta, que apura suspeitas de organização criminosa e lavagem de dinheiro. O prefeito chegou a ser afastado do cargo em agosto de 2025 e voltou ao comando da cidade após uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em outubro daquele ano.

A tramitação do caso criminal passou a ser discutida nos tribunais superiores. Em outubro de 2026, o STJ manteve o envio dos autos ao Supremo Tribunal Federal para que a Corte avalie sua competência. A discussão envolve o período dos fatos investigados, que pode abranger o mandato de Lima como deputado federal em 2023. O questionamento sobre qual tribunal deve conduzir o caso foi apresentado pela defesa de um empresário investigado na operação.

Nunes pede apuração de vazamento no Smart Sampa

Da **Redação**

A Polícia Civil de São Paulo abriu inquérito para apurar se um guarda municipal divulgou dados de acesso ao Smart Sampa, sistema de videomonitoramento da Prefeitura. A exposição de informações em dois episódios pode ter permitido a visualização indevida de imagens de cerca de 75 mil câmeras públicas e privadas. O agente foi afastado preventivamente das funções.

SUPEITAS DA POLÍCIA

Os investigadores suspeitam que o servidor tenha divulgado logins e senhas. Um disco rígido usado no computador do guarda foi apreendido e encaminhado ao Instituto de Criminalística para perícia por parte das autoridades competentes. A investigação, conduzida pela Divisão de Investigações sobre Crimes contra a Administração pública, apura possíveis crimes de violação de sigilo funcional, além do crime de divulgação de informações sigilosas.

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Polícia Civil solicitou documentos sobre a contratação do sistema. Até o momento, a Prefeitura não é alvo do inquérito. A eventual responsabilidade da administração municipal poderá ser apurada se surgirem indícios de irregularidades. O Ministério Público de São Paulo também investiga o caso, e a Corregedoria da Guarda conduz uma apuração interna sobre o servidor.

REPRODUÇÃO/PREFEITURA DE SÃO PAULO



Principal Central de monitoramento do Smart Sampa na cidade

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana informou que pediu a abertura do inquérito para apurar tanto a conduta atribuída ao guarda quanto o compartilhamento de links de câmeras privadas integradas à rede.

Segundo a gestão municipal, o agente tinha autorização para usar a plataforma, e a conta associada ao primeiro episódio permitia visualizar câmeras, sem acesso administrativo irrestrito.

O primeiro episódio, revelado em outubro, envolveu dados de acesso a mais de 58 mil câmeras. No início de novembro, veio a público um segundo caso, com links de transmissão de cerca de 17 mil equipamentos privados. A Prefeitura afirmou que a planilha desse segundo episódio foi produzida para uma análise interna de segurança e negou que o arquivo estivesse disponível publicamente na internet.

NOTIFICAÇÃO À PREFEITURA

A Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD notificou o município para pedir esclarecimentos sobre o segundo episódio. A administração municipal informou que não havia identificado sinais de ataque à plataforma de São Paulo.

CORREIO GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE** (estagiário) E **RAFAEL CHINAGLIA**

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES



A pasta apresentou as finanças e os dados da rede de ensino

Secretaria de Educação apresenta prestação de contas em Mogi

A Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes apresentou à Câmara a prestação de contas do segundo quadrimestre. A rede tem 212 escolas e 46.961 matrículas, de uma capacidade de 55.013 vagas. São 25.372 estudantes em período integral. Os 34 polos de Atendimento Educacional Especializado (AEE) registraram 12.502 atendimentos. A Escola Clínica TEA realizou 20.210 atendimentos a 1.009 pessoas. A pasta concluiu 54 serviços de pintura e revitalização de quadras e 283 de alvenaria. O transporte escolar conta com 135 veículos, sendo 103 terceirizados. As despesas empenhadas somaram R$ 584,8 milhões, 70,48% do orçamento público. Vereadores questionaram a terceirização do transporte e vagas em berçários. A Secretaria informou que as matrículas começam no dia 16. Estão em andamento a ampliação de unidade em Biritiba-Ussu e projeto de creche na Chácara dos Baianos, ainda sem licitação.

Guarulhos aprimora Relatório de Monitoramento

A Coordenadoria de Fiscalização de Políticas Públicas da Câmara de Guarulhos promoveu encontros técnicos para alinhar procedimentos e aprimorar os Relatórios de Monitoramento. Os encontros trataram de metodologia, fontes, apresentação dos dados e padronização dos documentos, considerando as particularidades de cada área. Segundo a coordenadora Rutt Lucye, o trabalho busca garantir informações claras e confiáveis, fortalecer a fiscalização e ampliar a transparência no acompanhamento das políticas públicas.

BRUNO NETTO/CÂMARA DE VEREADORES DE GUARULHOS



Reuniões buscam padronizar e fortalecer informações

Taboão aprova reserva de assentos para mulheres

A Câmara de Taboão da Serra aprovou por unanimidade, terça-feira (10), o PL 138/2026, que prevê reservar até 30% dos assentos dos ônibus da cidade para mulheres. De autoria de Marcos Paulo, a proposta busca prevenir o assédio e importunação sexual. Os lugares poderão ser usados por outros passageiros se não houver mulheres que precisem deles, mas deverão ser cedidos quando solicitados. Medida mantém as prioridades legais e prevê sinalização e campanhas educativas. O projeto segue para análise do prefeito.

Vereador cobra melhorias na educação em Arujá

Caio Mãos Solidárias (União) cobrou providências sobre serviços terceirizados em Arujá. Na sessão de segunda (9), apontou falhas em operação tapa-buraco na Avenida Internacional e problemas na Escola Municipal Isabela Pavani Castilho Cruz. Requerimentos aprovados pedem reparos na unidade e na quadra ao lado. Solicitou reunião com a empresa responsável pela iluminação pública nos Jacarandás, no bairro.

Santo André

Santo André disponibilizou no SIGA o mapeamento de imóveis abrangidos por declarações de utilidade pública para a implantação da Linha 20-Rosa do Metrô. As resoluções estaduais contemplam cerca de 50,8 mil m² no município. A declaração não significa desapropriação imediata, mas indica áreas que poderão ser afetadas.

São Bernardo do Campo

São Bernardo instalou mais de 10 mil novos pontos de iluminação desde janeiro de 2025 e ultrapassou 70 mil na cidade. O balanço considera novas instalações, não a troca de luminárias. Nesta terça (10), foram entregues 504 pontos em Nova Petrópolis e nas avenidas Pereira Barreto e Lauro Gomes, com investimento de R$ 1,7 milhão, em três frentes.

Arujá

A Câmara de Arujá não terá expediente na sexta (20), feriado da Consciência Negra. O atendimento será retomado na segunda (23), às 8h. A data lembra Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares e símbolo da resistência à escravidão. Em Arujá, feriado também é celebrado desde 2011, quando foi instituído pela Lei Municipal.

Suzano

A Câmara de Suzano aprovou a Lei Orçamentária Anual de 2027, com previsão de receita e despesas de R$ 1,75 bilhão. A proposta reúne 106 emendas e reserva de R$ 20,7 milhões para emendas impositivas. Na sessão, vereadores ainda criticaram a Sabesp por despejo de esgoto na represa de Taiaçupeba, além de obras na estrada das Varinhas.

Ferraz de Vasconcelos

A Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos terá de reservar vagas em concursos públicos: 25% para pessoas pretas e pardas, 3% para indígenas e 2% para quilombolas. O projeto adequa a legislação local à Lei Federal e estabelece regras próprias para os processos seletivos. O texto revoga a Lei Municipal nº 3.677, de 17 de setembro de 2026.

Carapicuíba

O vereador Zezinho Considerado (MDB) pediu à Prefeitura de Carapicuíba estudos para implantar programa de atenção a pessoas com fibromialgia na rede municipal de saúde. A indicação nº 2.172/2026 prevê acolhimento, diagnóstico precoce e acompanhamento multidisciplinar. A proposta aplica a Lei nº 4.300/2026, que instituiu o programa.

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO



As vagas são limitadas e as inscrições permanecem até 24 de novembro

Carretas oferecem 1,3 mil vagas em cursos na Grande SP

Inscrições estão abertas em 16 municípios, com aulas até 4 de dezembro

Da **Redação**

O Fundo Social de São Paulo abriu inscrições para o 33.º ciclo do Caminho da Capacitação, com 1.368 vagas gratuitas em 16 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. As aulas serão realizadas de 23 de novembro a 4 de dezembro, em carretas adaptadas como salas de aula. Os cursos atendem quem busca trabalho ou deseja abrir o próprio negócio.

A nova etapa dá continuidade às atividades do programa de qualificação na Grande São Paulo, onde o 32º ciclo está em andamento. Os cursos terão turmas nos períodos da manhã, tarde e noite, com carga horária de 40 horas, divididas entre aulas teóricas e atividades práticas.

As formações abrangem áreas como beleza e estética, moda, gastronomia, tecnologia, soldagem, manutenção automotiva, elétrica e ar-condicionado, hospitalidade, cuidados com animais e cuidador de idosos. As aulas serão ministradas em carretas temáticas equipadas com ferramentas e instrumentos específicos de cada profissão, para que os participantes desenvolvam habilidades em ambientes semelhantes aos do mercado de trabalho.

Participam desta edição Arujá, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Itapevi, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santo André, Santana de Parnaíba e Suzano.

Os interessados podem se inscrever pelo site cursofussp.sp.gov.br, que reúne informações sobre os cursos disponíveis em cada município, horários das turmas e locais das aulas. As vagas ofertadas são limitadas, e as inscrições seguem até 24 de novembro, segundo dia de atividades.

O programa atende prioritariamente pessoas em situação de vulnerabilidade social, como desempregados, beneficiários de programas sociais e mulheres responsáveis pelo sustento da família. A idade mínima varia conforme a formação, podendo ser de 14, 16 ou 18 anos.

Promovido pelo Fundo Social de São Paulo, o Caminho da Capacitação integra o SuperAção SP, política pública estadual voltada à superação da pobreza por meio da qualificação profissional e da geração de oportunidades. Desde o lançamento, o programa já qualificou mais de 24,3 mil pessoas em todas as regiões administrativas do Estado.

Unicamp assina 'Declaração universidades como laboratórios vivos para a ação climática'

Assinado na COP31, manifesto propõe novo papel das instituições no enfrentamento das alterações no clima

Da **Redação**

A Unicamp assinou nesta quinta-feira (13), durante a reunião climática da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada na Turquia, uma declaração que propõe fortalecer o papel das universidades no enfrentamento das mudanças climáticas. O documento, intitulado "Declaração universidades como laboratórios vivos para a ação climática: do campus para o empoderamento climático", foi elaborado por lideranças de 27 redes globais de universidades sustentáveis, entre elas a Rede Internacional de Campi Sustentáveis (ISCN), da qual a Unicamp faz parte desde 2015.

A Coordenadoria de Sustentabilidade (CSUS), vinculada à Diretoria Executiva de Sustentabilidade da Unicamp (DExS), contribuiu para a elaboração do texto. A iniciativa parte da ideia de que os campi universitários podem funcionar como espaços de experimentação, nos quais soluções sustentáveis sejam pesquisadas, testadas, implementadas e aperfeiçoadas em situações reais.

KIARA WORTH / ONU COP31



O Presidente da COP31, Murat Kurum e o Secretário da ONU para Mudanças Climáticas, Simon Stiell

CAMPI COMO ESPAÇOS DE EXPERIMENTAÇÃO CLIMÁTICA

Para Gaye Tekzoz, professora da Universidade Técnica do Oriente Médio, na Turquia, a proposta vai além de documentos de intenção. Ela defende que a ação climática seja incorporada à vida universitária e integrada ao ensino, à pesquisa, à inovação e à gestão. Segundo a docente, o objetivo é estimular mudanças concretas e envolver toda a comunidade acadêmica na construção de respostas aos desafios ambientais.

O documento também reforça a importância de aproximar as universidades de comunidades, governos, empresas e organizações da sociedade civil. A proposta é ampliar o alcance das iniciativas para além dos limites físicos dos campi e promover a construção conjunta de soluções, com participação de diferentes atores sociais.

PARCERIA COM A SOCIEDADE E IMPACTO REAL

Jennifer O'Brien, pesquisadora da Universidade de Manchester, destaca que os laboratórios vivos permitem testar, avaliar e, quando possível, ampliar soluções desenvolvidas em parceria com atores externos. Ela afirma que essa abordagem reúne diferentes perspectivas em torno de pesquisas e projetos, fortalecendo o diálogo entre universidade e sociedade.

Rose Heather Armour, diretora da Aliança Internacional de Universidades pelo Clima (IUCA), afirma que o modelo também tem valor formativo para estudantes, que aprendem a dialogar com a comunidade, compreender necessidades locais e identificar formas de gerar impacto positivo. A iniciativa, segundo ela, depende do engajamento de toda a universidade, da alta administração aos professores, pesquisadores, estudantes e equipes técnicas.

A declaração reconhece que as universidades têm contextos, capacidades e realidades distintas. Por isso, propõe a construção de um roteiro de implementação com diretrizes flexíveis e baseadas em evidências. A meta é ajudar as instituições de ensino superior a não apenas estudar as mudanças climáticas, mas também demonstrar, desenvolver e disseminar soluções capazes de contribuir para a transformação sustentável dos territórios e da sociedade.

No caso da Unicamp, o texto também valoriza a atuação de setores como a CSUS/DExS, a Prefeitura Universitária e o Centro para a Manutenção de Equipamentos (CEMEQ), que participam da decisão, da execução e da manutenção dos projetos ligados ao Campus Sustentável. A experiência é apontada como exemplo de mobilização interna e cooperação para avançar em sustentabilidade.

Com informações de Patrícia Mariuzo (Enviada Especial da Unicamp à COP31) / Portal Unicamp

Emdec abre leilão com quase 860 veículos e recicláveis

Da **Redação**

A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), em parceria com o Detran-SP, realiza o terceiro leilão do ano de veículos recolhidos por infração de trânsito. O evento será totalmente on-line e colocará em disputa quase 860 lotes, entre carros conservados, sucatas aproveitáveis e materiais destinados à reciclagem.

Os interessados poderão acompanhar as informações e dar lances pelo site do leiloeiro. A organização informa que o número total de itens pode sofrer alterações até o encerramento do processo, por conta da retirada de veículos pelos proprietários ou de restrições judiciais que impeçam a oferta de alguns lotes.

A etapa de pré-lances será aberta em 16 de novembro, a partir das 10h. Já as sessões públicas, quando os lances finais são recebidos, ocorrerão em 1º, 3 e 7 de dezembro, sempre das 10h às 18h, de acordo com a categoria de cada lote.

Para participar, é necessário fazer inscrição prévia no site do leiloeiro com pelo menos 48 horas de antecedência em relação ao início das sessões públicas. O cadastro passa por análise e precisa ser habilitado no sistema antes que o participante possa disputar os lotes.

Os veículos e materiais poderão ser conferidos presencialmente nos dias 27 e 30 de novembro, das 9h às 16h30. A visitação será realizada em dois endereços: no pátio da Emdec no Jardim São José e na sede da empresa, na Vila Industrial.

Durante a visita, será permitida somente a avaliação visual dos lotes. Não é autorizado manusear, experimentar, retirar ou substituir peças, regra que vale para veículos conservados, sucatas e materiais destinados à reciclagem.

O leilão terá 427 veículos conservados, que podem voltar a circular após a regularização documental. Também serão ofertadas 222 sucatas aproveitáveis para desmonte e venda de peças, sendo 171 com motor servível e 51 com motor inservível.

Além disso, há 207 materiais para usinagem, classificados para prensa e reciclagem.

Fotos e descrições dos lotes também estão disponíveis no site do leiloeiro. Informações e inscrições no site ricoleiloes.com.br.

DIVULGAÇÃO/EMDEC



Terceiro leilão da Emdec: todo o processo é realizado on-line

Nova Odessa amplia empregos e registra alta de 15% na cidade

Estudo acompanha o mercado de trabalho, empresas e a distribuição dos negócios

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE NOVA ODESSA



O bairro Santa Rosa lidera a abertura de novos negócios, seguido pelo Jardim São Jorge no município em 2026

Nova Odessa registrou saldo positivo de empregos formais em cinco atividades econômicas entre janeiro e setembro de 2026 e crescimento de 15% na abertura de empresas, na comparação com o mesmo período do ano passado. O estudo quadrimestral do Observatório Econômico, baseado em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, aponta que o município ficou entre os primeiros colocados do Estado e do país em diferentes segmentos. No período, foram abertos mais de 1.700 CNPJs novos.

No ranking estadual, a cidade alcançou a primeira posição em duas atividades: alvejamento, tingimento e torção têxtil, com saldo de 39 empregos, e serviços relacionados a esgoto, com 13 postos. No cenário nacional, o atacado de carnes bovinas, suínas e derivados ficou em segundo lugar, com saldo de 70 vagas.

Outros dois segmentos também apareceram entre os cinco primeiros do país. O comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho ocupou a quarta posição, com 29 empregos, enquanto o atacado de medicamentos de uso humano ficou em quinto, com saldo de 145 postos. Somadas, as cinco atividades apontaram 296 empregos formais no período.

O levantamento também aponta que a abertura de empresas avançou 15% em relação a janeiro a setembro de 2025. Mais de 1.700 CNPJs foram registrados em Nova Odessa ao longo de 2026. Entre os bairros, Santa Rosa concentrou o maior número de novos empreendimentos, seguido pelo Jardim São Jorge.

Os dados foram reunidos pelo Observatório Econômico, que acompanha a evolução do mercado de trabalho, a abertura de empresas e a distribuição dos negócios pelo município. As informações podem subsidiar o planejamento de políticas públicas e a identificação de setores com potencial de expansão.

O prefeito Cláudio José Schooder, afirmou que os resultados refletem a participação de empresas, trabalhadores e empreendedores na economia local. “Nova Odessa é uma cidade que trabalha, empreende e cresce. Estar entre os primeiros colocados do Estado e do Brasil na geração de empregos em diferentes atividades, além de registrar mais de 1.700 novos CNPJs, mostra a força da nossa economia”, declarou.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Antonio Teixeira, destacou a diversidade dos resultados na indústria, no comércio e nos serviços. Segundo ele, os indicadores ajudam a acompanhar o comportamento da economia e orientar ações de incentivo ao setor produtivo. O estudo do Observatório Econômico reúne dados do Caged/MTE sobre empregos formais e informações sobre a abertura de empresas, além de identificar a distribuição dos novos negócios pelos bairros. A Prefeitura afirma que os indicadores orientam ações de incentivo ao setor produtivo municipal.

Hortolândia cria regras para estágios e práticas na rede municipal de saúde

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE HORTOLÂNDIA



A regulamentação abrange cursos técnicos, graduação, pós-graduação

Hortolândia estabeleceu as parcerias entre a Secretaria Municipal de Saúde e instituições de ensino para a oferta de estágios e atividades práticas na rede. O Decreto nº 5.972, publicado no Diário Oficial de 9 de novembro, estabelece regras para os Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (Coapes). As normas serão aplicadas a partir de 2027.

A regulamentação abrange cursos técnicos, graduação, pós-graduação e residências médicas e multiprofissionais. Para utilizar unidades municipais como campos de estágio, as instituições deverão formalizar a adesão e manter contrato vigente. A distribuição das vagas priorizará instituições sediadas em Hortolândia e considerará a capacidade dos serviços.

As contrapartidas poderão incluir capacitações para servidores, bolsas de estudo para moradores, equipamentos, mobiliário, obras e apoio técnico. O cálculo considera a carga horária: R$ 1 por hora para cursos técnicos; R$ 2,50 para graduações, exceto Medicina; e R$ 5 para Medicina, pós-graduação e residências.

O decreto não apresenta um valor total das contrapartidas, que dependerá da carga horária e dos contratos. A Prefeitura deverá divulgar no Portal da Transparência os valores pactuados e a destinação dos recursos. A norma também cria um comitê gestor para acompanhar os contratos e as contrapartidas. Reuniões serão semestrais.

Câmara de Holambra aprova sistema local de gestão cultural

Da **Redação**

A Câmara Municípial de Holambra aprovou, no inicio de novemnro, o projeto de lei que institui o Sistema de Cultura. Elaborada pela Prefeitura, a proposta estabelece instrumentos para criar e planejar as políticas culturais de forma permanente, além de alinhar a gestão local às diretrizes do Sistema de Cultura.

Encaminhado pelo Executivo em 27 de agosto, o texto foi desenvolvido pelo Departamento de Turismo e Cultura, com estudos, análise da legislação e diálogo com representantes da comunidade. A iniciativa prevê mecanismos de gestão, planejamento e participação social no setor.

Segundo a diretora de Turismo e Cultura, Alessandra Caratti, a aprovação cria condições para organizar as ações, valorizar artistas, produtores, manifestações e tradições e ampliar a participação da comunidade nas decisões sobre âmbito político.

Uma das etapas de discussão ocorreu no dia 6 de agosto, em encontro no Teatro Franciscus Johannes Eltink. A reunião reuniu artistas, artesãos, músicos, produtores e entidades para debater a criação do Conselho Municipal de Política Cultural e aproximar o poder público dos segmentos culturais.

O prefeito Fernando afirmou que estruturar a política cultural busca valorizar a identidade e a história de Holambra, além de garantir planejamento, oportunidades e participação da população na continuidade das ações do setor.

DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DE HOLAMBRA



O projeto de lei institui o Sistema Municipal de Cultura

SÉRGIO CABRAL
Jornalista

Insegurança Pública

O estado do Rio de Janeiro é a minha paixão. Seu povo é a síntese do país. O grande presidente Fernando Henrique Cardoso o definiu como o "Farol do Brasil". Essa definição serve para o bem e para o mal.

E há um mal que tem corroído nossa vida em sociedade: a insegurança pública. E que, no Rio, está escancarada.

Trago aqui um termômetro econômico importante: o setor automotivo.

Veja os dados de emplacamentos totais de veículos de passeio e comerciais de janeiro a outubro deste ano nos principais mercados do país, de acordo com o RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores.

1º Minas Gerais (MG): 581.090 veículos (24,1%); 2º São Paulo (SP): 547.205 veículos (22,7%); 3º Paraná (PR): 216.105 veículos (9,0%); 4º Santa Catarina (SC): 110.325 veículos (4,6%); 5º Rio Grande do Sul (RS): 107.790 veículos (4,5%); 6º Rio de Janeiro (RJ): 97.072 veículos (4,0%); 7º Bahia (BA): 84.073 veículos (3,5%); 8º Goiás (GO): 75.763 veículos (3,1%); 9º Pernambuco (PE): 66.934 veículos (2,8%); 10º Ceará (CE): 51.097 veículos (2,1%). Outros estados: 473.211 veículos (19,6%). Total Brasil: 2.410.665 veículos automotores emplacados, de janeiro a outubro de 2026.

Os dados acima dizem muito com respeito à economia e à segurança pública.

Outro dado assustador é o preço médio do seguro de automóveis. Veja os números da Minuto Seguros/Creditas de 2025, relativos às 11 principais capitais dos estados brasileiros. Homens: Rio de Janeiro: R$ 3.410,55; Florianópolis: R$ 1.950,06; Média das 11 capitais: R$ 2.278,64. Mulheres: Rio de Janeiro: R$ 3.714,25; Florianópolis: R$ 2.069,59; Média das 11 capitais: R$ 2.277,93.

Ora, a insegurança impacta diretamente o custo do seguro e a força da economia de um lugar. O governo do estado perde receitas com o IPVA, e a pessoa paga mais caro pelo seguro do seu automóvel. Um verdadeiro perde-perde.

O botânico e naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, após visita ao Brasil na primeira metade do século XIX, cunhou uma frase célebre:

"Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil."

A saúva do século XXI é a insegurança pública.

MARCELO ALMEIDA
Advogado. Especialista em Direito Penal

Maioridade penal e limites constitucionais

A discussão sobre a redução da maioridade penal voltou ao centro do debate sobre segurança pública no Brasil. A possibilidade de responsabilizar criminalmente adolescentes com menos de 18 anos levanta questões constitucionais, jurídicas e sociais, especialmente em relação às regras previstas na Constituição Federal e à aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mais do que uma discussão sobre idade, o tema envolve a capacidade do Estado de responder a atos infracionais graves, proteger a sociedade e oferecer condições para a ressocialização.

O artigo 228 da Constituição Federal estabelece que menores de 18 anos são penalmente inimputáveis e estão sujeitos à legislação especial. Essa regra constitui a base do atual modelo brasileiro de responsabilização juvenil. Para alterar a idade prevista constitucionalmente, seria necessária uma proposta de emenda à Constituição, submetida ao procedimento legislativo específico, com aprovação em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Um dos principais obstáculos jurídicos está na discussão sobre os limites do poder de reforma constitucional. Parte dos juristas entende que a maioridade penal aos 18 anos integra o conjunto de direitos e garantias individuais protegidos contra propostas de emenda tendentes a aboli-los, conforme o artigo 60, parágrafo 4º, inciso IV, da Constituição. Outros defendem a possibilidade de discutir uma alteração que não elimine direitos fundamentais. A controvérsia demonstra que qualquer proposta precisa enfrentar não apenas o debate político, mas também uma análise constitucional rigorosa.

A redução da maioridade penal para 16 anos em determinadas situações, especialmente nos casos de crimes graves, é uma possibilidade que merece ser discutida no país. A proposta envolve a definição de critérios objetivos para a responsabilização, considerando a natureza da infração, as circunstâncias do caso e as garantias processuais necessárias. A gravidade da conduta pode integrar essa discussão, desde que sejam respeitados os direitos fundamentais e os limites estabelecidos pela Constituição.

A experiência internacional oferece referências que podem contribuir para o debate, embora não permita uma comparação automática entre diferentes países. Nos Estados Unidos, por exemplo, as regras variam conforme o estado, e determinadas situações permitem que adolescentes sejam julgados no sistema criminal destinado a adultos. A possibilidade depende de fatores como a legislação local, a idade do jovem, a natureza da infração e as circunstâncias do caso. Esses modelos demonstram a existência de diferentes formas de responsabilização, mas também exigem uma avaliação cuidadosa de seus resultados e de sua compatibilidade com a realidade brasileira.

O Brasil precisa examinar experiências estrangeiras sem ignorar suas particularidades institucionais e sociais. A adoção de qualquer modelo deve considerar o funcionamento do sistema de Justiça, a estrutura disponível para o cumprimento das medidas e a capacidade do poder público de assegurar acompanhamento adequado aos adolescentes. Uma eventual mudança legislativa não pode ser tratada isoladamente, como se a alteração da idade, por si só, fosse suficiente para enfrentar a criminalidade.

Atualmente, adolescentes que praticam atos infracionais estão sujeitos às medidas socioeducativas previstas no ECA. Entre elas estão a advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida, a semiliberdade e a internação. A aplicação dessas medidas deve considerar a gravidade da infração, as circunstâncias do caso e a capacidade do adolescente de cumpri-las. O sistema também prevê garantias processuais, como o direito à defesa técnica e ao devido processo legal.

O debate sobre a redução da maioridade penal não deve ignorar a importância da proteção integral prevista na Constituição, especialmente no artigo 227, que estabelece deveres da família, da sociedade e do Estado em relação a crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, é necessário considerar os direitos das vítimas e a segurança da população. A busca por equilíbrio exige discutir mecanismos de responsabilização proporcionais à gravidade das condutas, sem transformar a proteção dos jovens e a defesa da sociedade em objetivos necessariamente incompatíveis.

Também é fundamental reconhecer que mudanças na legislação precisam ser acompanhadas de políticas públicas de prevenção, educação, formação profissional e ressocialização. A ausência de oportunidades, a evasão escolar e a fragilidade das redes de proteção são fatores que merecem atenção na formulação de estratégias de segurança pública. Da mesma forma, a capacidade do sistema prisional e os possíveis efeitos de uma alteração sobre a reincidência devem integrar a avaliação de qualquer proposta.

A redução da maioridade penal envolve questões que não podem ser resolvidas apenas por meio de posições favoráveis ou contrárias. É necessário avaliar os limites constitucionais, os modelos de responsabilização existentes, as evidências disponíveis e as consequências práticas de eventuais mudanças. O Brasil precisa ampliar esse debate com responsabilidade, buscando respostas jurídicas consistentes e políticas públicas capazes de proteger a sociedade, respeitar os direitos fundamentais e aperfeiçoar a responsabilização juvenil.

LUCAS BERLANZA
Presidente do Instituto Liberal

Lula prometeu gastança, não ajuste fiscal

O psolista Guilherme Boulos, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, afirmou que a cobrança de setores da imprensa ou da elite brasileira por uma agenda de "ajuste fiscal" por parte de Lula é um erro. Segundo ele, a chapa do PT não prometeu nada disso e quem cobra isso "não entendeu a eleição". A agenda econômica ortodoxa ou mais liberal teria sido derrotada, portanto, não se pode querer dobrar a agenda vencedora às próprias vontades.

Deixando de lado os absurdos do processo eleitoral, realmente, o eleitor do PT coroou uma agenda sincera de gastança desenfreada e irresponsabilidade. Já o havia feito em 2022, quando alguns preferiram se iludir com conversas telepáticas fictícias com o petista em que ele prometeria uma razoabilidade que nunca chancelou.

A oposição, se conseguir se organizar e agir diante de um sistema judiciário interventor, pode e deve trabalhar para proteger seus eleitores daquelas medidas desastrosas do governo que puderem ser impedidas. Porém, do governo, só se pode esperar que trabalhe por implementar os desvarios que prometeu.

Na prática, não poderá cumprir todos, talvez sequer a maioria, porque a fonte seca. Seus eleitores inevitavelmente terão que aceitar uma boa dose de estelionato eleitoral, que já está no pacote. O que prometeu, porém, foi populismo, e é o que deve entregar. Seja como for, deparando-se os esquerdistas com o que pediram ou com uma traição, o que foi feito nesses quatro anos e, especialmente, nesses dias antes da eleição já contratou um alto preço que não se pode evitar. Para julgar a própria escolha, o eleitor do PT deve experimentar suas consequências. Infelizmente, também experimentaremos, cada um a seu modo.

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Ministro Rui Costa levou o recado de Lula à equipe econômica

Governo estuda como fazer um antipacote contra o calote do Agro

É isso mesmo. O presidente Lula está cobrando da equipe econômica que seja preparado um recado duro do governo aos produtores agrícolas que não estão pagando suas dívidas junto ao Banco do Brasil.

Essa turma é chamada dentro do governo de "caloteiros": têm como pagar, mas dão o calote porque esperam um novo pacote de renegociação de dívidas.

Lula quer que o recado tenha a força de um pacote, muito embora saiba que a fórmula para esse antipacote será difícil de encontrar.

Ele também sabe que, além de interesses políticos, o calote ganha força por causa dos sucessivos pacotes que os governos - inclusive os dele próprio - costumam editar com perdões e renegociações de dívidas.

Daí a expressão "antipacote", um pacote contra pacotes.

Abin acionada sobre ligações políticas

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) já está sendo acionada para levantar as ligações políticas dos caloteiros.

A Abin é o órgão da Presidência da República vinculado à Casa Civil e encarregado de investigar ações coordenadas contra o Estado brasileiro.

A suspeita no Planalto é de que os caloteiros sejam ligados a grupos bolsonaristas e que, na verdade, estejam atuando numa articulação semelhante à dos caminhoneiros logo após a eleição de Lula.

VALTER CAMPANATO/ARQUIVO AGÊNCIA BRASIL



Caminhoneiros fecharam estradas contra eleição de Lula

"Risco Moral" é como o mercado chama calotes

A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, admitiu que "não contava com a persistência e a intencionalidade do risco moral". Risco moral ocorre quando um devedor, mesmo tendo condições de pagar, não fazê-lo por crer que em uma renegociação mais vantajosa ou benefício no futuro.

O vice-presidente de agronegócios e agricultura familiar do BB, Gilson Alceu Bittencourt, avalia que "muitos produtores" não optaram pela renegociação agora porque esperam uma solução do Congresso com condições mais vantajosas.

Lucro do banco despencou 66,5%

Os caloteiros do agronegócio são clientes de médio ou grande porte do BB. Nada têm a ver com famílias de pequenos lavradores. Estão concentrados em algumas regiões do país e em algumas culturas em que a inadimplência passa dos 50%. Com isso, O lucro líquido ajustado do banco despencou 66,5% no 3º trimestre de 2026 em comparação com o mesmo período de 2025, fechando em R$ 1,27 bilhão.

Mea culpa, mea culpa

Lula criou o de Desenrola no seu terceiro mandato para aliviar os endividados. Era necessário e, segundo o governo, deu certo. Mas a área econômica e o próprio presidente admitem que se criou uma expectativa de seguidos programas de renegociação. Teve Desenrola 2.0, que confirmou essa expectativa. E agora a turma acostumou.

Vício de renegociação

Foram três os Desenrola do governo, mas com a vantagem de serem voltados para pessoas físicas com limitação de renda e dívidas já dadas como impagáveis. Para a área rural, além do Desenrola Rural, teve o pacote de R$ 12 bilhões de setembro de 2025, e a repactuação de dezenas de bilhões de reais em 2026 por conta de quebras de safra.

Estados viciados

Os estados também se acostumaram. Agora teve o Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados), para renegociar de dívidas de estados com a União que somam centenas de bilhões de reais. Destaque para Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. Prevêm-se descontos e prazos de pagamento de até 30 anos.

Todos os governos

O governo de Jair Bolsonaro também renegociou a dívida dos estados. E os anterios - quase todos desde a redemocratização - também. E teve uma Medida Provisória do Contribuinte Legal, destinada a pessoas físicas e empresas com créditos classificados como de difícil recuperação (faixas C e D). Ofereceu descontos de até 70% sobre o valor total.

Tereza Cristina renegocia

A senadora senadora Tereza Cristina (PP-MS), candidata a presidente do Senado pela oposição, atuou como relatora da recém-aprovada MP da renegociação de dívidas de produtores rurais prejudicados por perdas de safra e dificuldades financeiras. Deu prazo de pagamento que pode chegar a dez anos com juros anuais entre 5% e 12%.

Líder petista renegociou

Antes do Senado a MP das dívidas dos produtores rurais foi aprovada na Câmara. Lá, o relator foi o líder do governo, Paulo Pimenta (PT-RS). A MP autoriza o uso de R$ 12 bilhões do superávit financeiro de 2024 para o crédito rural destinado a produtores prejudicados por perdas com condições climáticas adversas de 2020 a 2024.

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO



Senado vota destaques de pacote de ajustes fiscais nesta terça (17)

Semana tem foco em pacote de ajuste fiscal e reforma tributária

Governo deve publicar nesta semana decreto detalhando fim da escala 6x1

Por **Gabriela Gallo**

A semana de votações no Congresso começa com a decisão no plenário do Senado sobre os destaques ao projeto de lei complementar que estabelece o pacote de ajuste fiscal para 2027 (PLP 299/2026). O texto-base foi aprovado na semana passada. Nesta terça-feira (17) os senadores votam pontos destacados, como a retirada do mecanismo que permite ao governo limitar o uso de créditos tributários obtidos pelas empresas para abater impostos devidos.

O pacote prevê contenção de gastos e revisão de benefícios tributários. Estima a melhora do resultado primário entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões em 2027. Aprovado, segue para a Câmara. Na sexta-feira (13), o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), se reuniu com o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, e se comprometeu a acelerar a tramitação assim que o texto chegar do Senado.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Nesta terça-feira a partir das 10h na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), o ministro da Fazenda, Dario Durigan, discute o cálculo da alíquota de referência da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) para 2027. O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a alíquota de 11,3%. Na quarta-feira à partir das 10h, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara realiza uma audiência pública sobre o mesmo tema com o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

6X1

A expectativa é que o Ministério do Trabalho publique nesta semana o decreto regulamentando detalhes operacionais sobre o fim da escala 6x1. Segundo o ministro Luiz Marinho, a distribuição dos descansos poderá variar conforme características de cada atividade, desde que sejam respeitados o acordos coletivos e as condições da Emenda Constitucional nº 141/2026, que determina a escala 5X2.

O tema também está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). O relator Flávio Dino determinou a manutenção do período de transição, mas permitiu ajustes, mas o ministro Luiz Fux pediu pediu para levar o assunto ao plenário físico. Até lá seguem preservados o calendário de transição aprovado pelo Poder Legislativo, com o início da escala 5X2 e a redução da jornada de trabalho.

Desempregado pode ter benefício mesmo sem contribuir

Nova decisão do STJ permite reutilizar prazo de proteção previdenciária

Da **Redação**

Trabalhadores que perderam o emprego e deixaram de contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem continuar protegidos pela Previdência por até três anos, dependendo do histórico de contribuições e da comprovação do desemprego. Uma decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ampliou a segurança jurídica desses segurados e pode alterar a análise de pedidos de benefícios previdenciários em todo o país.

No julgamento realizado em 11 de novembro, a Primeira Seção do STJ decidiu, por unanimidade, que trabalhadores com mais de 120 contribuições mensais, sem interrupção que tenha provocado a perda da qualidade de segurado, podem utilizar mais de uma vez a extensão do chamado período de graça, sem precisar cumprir novamente dez anos de recolhimentos.

O período de graça é o intervalo em que o trabalhador permanece protegido pelo INSS mesmo depois de interromper as contribuições. Em determinadas situações, essa proteção pode alcançar 36 meses, preservando o acesso a benefícios como auxílio por incapacidade temporária e salário-maternidade, além da possibilidade de pensão por morte aos dependentes, desde que cumpridos os requisitos legais.

A decisão representa uma mudança importante na interpretação das regras previdenciárias. Até então, o INSS sustentava que o trabalhador que tivesse utilizado a extensão e posteriormente perdido a qualidade de segurado precisaria completar outro ciclo de contribuições para recuperar o prazo ampliado.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, fundador da DAP Advocacia, a discussão ultrapassa os aspectos previdenciários e envolve a proteção econômica de famílias que enfrentam períodos de instabilidade profissional.

"Quando um trabalhador perde o emprego, muitas vezes ele acredita que também perdeu imediatamente todos os direitos perante o INSS. Isso não é verdade. Dependendo do histórico de contribuições, a proteção previdenciária permanece ativa mesmo sem novos pagamentos. O problema é que o desconhecimento dessas regras pode deixar famílias sem uma renda que seria fundamental em momentos de doença ou falecimento", explica.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM



Novidade abre caminho para contestar negativas de benefícios, inclusive pensões por morte e auxílios por incapacidade

O entendimento se soma a outra decisão do STJ, publicada em julho deste ano, que reconheceu a possibilidade de comprovar o desemprego involuntário por diferentes meios, sem exigir exclusivamente o registro formal da condição perante o Ministério do Trabalho.

Nesse julgamento, o tribunal estabeleceu que a ausência de vínculo na carteira de trabalho, isoladamente, não basta para comprovar o desemprego, sendo necessária a apresentação de outros elementos que demonstrem a situação do trabalhador.

Na prática, as duas decisões podem ser relevantes para pessoas que passaram por sucessivas demissões, períodos de desemprego ou interrupções das contribuições previdenciárias.

"Estamos falando de situações em que uma negativa administrativa pode comprometer a subsistência de uma família inteira. O histórico previdenciário precisa ser analisado corretamente, e uma decisão desfavorável do INSS não significa, necessariamente, que o segurado não tenha direito. Quando a interpretação administrativa contraria a legislação ou a jurisprudência aplicável, existe a possibilidade de contestação", destaca Bruno Durão.

Um dos principais efeitos da decisão está na possibilidade de reavaliar pedidos de benefícios negados por suposta perda da qualidade de segurado.

Associações do agro rebatem o Banco do Brasil

Da **Redação**

Entidades de produtores rurais reagiram à manifestação do Banco do Brasil (BB), que atribuiu a queda de 66,5% no lucro líquido alcançado no terceiro trimestre de 2026 ao aumento da inadimplência, principalmente do agronegócio.

Em nota, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) repudia as declarações da presidente do BB, Tarciana Medeiros, sustentando que as acusações contra médios e grandes produtores rurais transformam "uma grave crise econômica em uma acusação generalizada de má-fé contra quem produz".

Durante a teleconferência na qual anunciou os resultados financeiros que a instituição alcançou no terceiro trimestre, a executiva afirmou que parte dos médios e grandes produtores rurais inadimplentes se recusou a pagar dívidas, renegociar operações e apresentar novas garantias à instituição, mesmo após a oferta de programas de repactuação com condições facilitadas.

Pouco depois, o banco divulgou nota à imprensa afirmando que a presidente do banco não atribuiu ao conjunto do agronegócio a responsabilidade pela queda de seus resultados e informou que 90% dos clientes do setor estão com os pagamentos em dia e que os atrasos se concentram em um grupo de médios e grandes produtores.

Ainda assim, para a Aprosoja, as alegações do BB são "generalizações que desconsideram a realidade econômica do campo".

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Produtores alegam crise de renda e questionam gestão do BB

Para a entidade, o histórico de pagamentos do setor desmente a tese da diretoria do banco: levantamento publicado na revista da Procuradoria-Geral do Banco Central aponta inadimplência média de apenas 1,89% entre 2015 e 2019. Segundo a associação, o que mudou a partir daí não foi a disposição dos produtores em honrar seus compromissos, mas as condições econômicas para quitá-los.

"Sucessivas adversidades climáticas, quebras de safra, crises geopolíticas, aumento dos custos de produção, deterioração dos preços agrícolas e juros asfixiantes, agravados pelo desequilíbrio das contas públicas, comprometeram profundamente as margens e a capacidade de pagamento do setor", afirma a Aprosoja.

Segundo a associação, só nos primeiros quatro meses da safra 2026/2027, o crédito rural tradicional caiu de R$ 144,9 bilhões para R$ 107,6 bi, uma retração das concessões de custeio e investimento de 25,7%. "O produtor rural perdeu renda, viu suas dívidas encarecerem e passou a enfrentar dificuldades crescentes para obter crédito", acrescentou a entidade.

CORREIO JURÍDICO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

FREEPIK



Assistência farmacêutica é essencial para a segurança dos pacientes

Farmácias devem ter farmacêutico durante todo o expediente

Farmácias e drogarias devem manter farmacêutico presente em cada unidade durante todo o horário de funcionamento. O entendimento foi reafirmado por unanimidade pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso do Ministério Público de Minas Gerais contra uma rede de estabelecimentos. Para o colegiado, a exigência do artigo 15 da Lei 5.991/1973 não pode ser cumprida por atendimento remoto ou plantão centralizado. O relator, ministro Marco Aurélio Bellizze, destacou que a norma exige a presença contínua do responsável técnico no próprio estabelecimento. A ação buscava obrigar a rede a manter farmacêutico em todas as unidades, após o Tribunal de Justiça mineiro considerar suficiente a disponibilidade de profissionais a distância. Com o julgamento, foi restabelecida a sentença que determinou o cumprimento da obrigação, sob pena de multa diária.

STF suspende ações de valores pagos pelo SUS

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nacionalmente os processos que questionam os valores pagos pela União a hospitais e prestadores do Sistema Único de Saúde (SUS). A medida alcança ações em qualquer fase, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor. A controvérsia envolve pedidos de revisão da tabela por suposta defasagem dos parâmetros federais. Os processos ficarão paralisados até o julgamento definitivo do tema pelo Supremo, em âmbito nacional.

ADOBE STOCK



Decisão alcança processos em todo o país e cobranças judiciais

AGU cria exame prévio para concursos da advocacia

A Advocacia-Geral da União instituiu o Exame Nacional da Advocacia Pública, etapa eliminatória para candidatos a quatro carreiras federais: advogado da União, procurador da Fazenda Nacional, procurador federal e procurador do Banco Central. A prova terá pelo menos 60 questões e será aplicada nas capitais e no Distrito Federal. A aprovação exigirá acerto mínimo de 60% na ampla concorrência e 50% para candidatos contemplados pelas ações afirmativas. O certificado terá validade de dois anos, prorrogável por igual período.

STJ estabelece critérios para ações coletivas do MP

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o Ministério Público só pode ajuizar ação civil pública em defesa de direitos individuais disponíveis quando houver interesse social relevante. A repercussão deve ser demonstrada pelo número de pessoas afetadas ou pela gravidade e pelo impacto do dano. O entendimento foi aplicado a uma ação sobre cobranças de serviços telefônicos não contratados, baseada em um caso isolado.

Negociação de precatórios

O Conselho Nacional de Justiça aprovou regras para a transferência de créditos de precatórios. A resolução prevê uma central para registrar negociações, acompanhar mudanças de titularidade e evitar fraudes, como a venda da mesma dívida a mais de um comprador. As normas também exigem transparência sobre descontos e valores pagos aos credores.

Cobrança de aluguel

A mãe que permanece com os filhos em imóvel de propriedade exclusiva do ex-marido não precisa pagar aluguel pelo uso da residência, decidiu a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para os ministros, a moradia também atende às necessidades das crianças e integra o dever de sustento compartilhado pelos pais.

Dívidas da Cedae

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) deve pagar dívidas judiciais pelo regime de precatórios. Com isso, recursos e contas bancárias da estatal não poderão ser bloqueados para quitar condenações. A decisão foi tomada por maioria, em julgamento concluído no início de novembro.

Ações previdenciárias

O Conselho Nacional de Justiça aprovou uma política nacional para dar mais agilidade aos processos sobre benefícios previdenciários e assistenciais. A iniciativa prevê integração entre tribunais e órgãos públicos, além de medidas para reduzir conflitos administrativos que acabam na Justiça. O país tinha mais de 4,4 milhões de ações pendentes em setembro.

Registro de paternidade

A alteração da paternidade no registro de uma criança não pode ser feita apenas por acordo entre os envolvidos, decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A mudança exige ação judicial própria e análise de provas sobre eventual erro no registro e a existência de vínculo socioafetivo. O exame de DNA, sozinho, não é suficiente.

Ex-dirigente de associação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu em dez anos o prazo para associações cobrarem judicialmente prejuízos atribuídos a ex-presidentes. Para a Terceira Turma, deve ser aplicada a regra geral do Código Civil, já que o prazo de três anos previsto para sociedades empresárias não se estende automaticamente às entidades sem fins lucrativos.

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Especialistas apontam impactos na autonomia financeira das vítimas

STF afasta imunidade penal para crimes entre familiares

Decisão questiona regras do Código Penal de 1940 e reforça proteção

Da **Redação**

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou, por unanimidade, entendimento para afastar a imunidade penal que restringia a punição de crimes patrimoniais cometidos entre familiares. A decisão foi tomada nesta quinta-feira (12), no julgamento conjunto das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1.185 e 1.241, relatadas pelo ministro Dias Toffoli. A proclamação do resultado e a definição dos efeitos temporais ficaram para a próxima semana, após divergências sobre a aplicação a fatos anteriores e a processos em andamento.

A discussão envolve os artigos 181 e 182 do Código Penal, de 1940. O primeiro prevê isenção de pena em situações específicas, como crimes patrimoniais entre cônjuges durante o casamento ou entre pais e filhos. O segundo exige, em determinadas relações familiares, representação da vítima para a persecução penal. As regras são conhecidas como escusas absolutórias e imunidades relativas.

As ações chegaram ao Supremo após questionamentos sobre a aplicação dessas proteções em casos de violência doméstica e familiar contra mulheres. A Lei Maria da Penha reconhece a violência patrimonial como forma de agressão, incluindo retenção, subtração ou destruição de bens e recursos econômicos da vítima. Para o relator, a imunidade poderia deixar mulheres sem proteção penal adequada e perpetuar situações de dependência e abuso.

Durante o julgamento, a discussão foi ampliada para além da violência de gênero. Prevaleceu o entendimento de que o vínculo familiar, por si só, não deve impedir a responsabilização por crimes contra o patrimônio. Isso não significa que qualquer conflito financeiro entre parentes passe a configurar crime: a punição depende de conduta prevista na legislação penal e da análise de cada caso.

Para a advogada Hangra Leite, especialista em Direito de Família e Direito da Mulher, a decisão enfrenta uma contradição entre a proteção da Lei Maria da Penha e regras penais que podiam impedir a punição. “O vínculo familiar não pode servir de escudo para a prática de um crime patrimonial. Essa regra era para preservar a harmonia familiar, mas acabou virando um salvo-conduto para abusos patrimoniais praticados no dia a dia”, afirma.